



Câmara dos  
Deputados

# LEGISLAÇÃO DO PARLASUL

LEGISLACIÓN DEL  
PARLASUR



**LEGISLAÇÃO DO PARLASUL**  
**LEGISLACIÓN DEL PARLASUR**

## *Mesa da Câmara dos Deputados*

55ª Legislatura – 2015-2019

1ª Sessão Legislativa

Presidente

*Eduardo Cunha*

1º Vice-Presidente

*Waldir Maranhão*

2º Vice-Presidente

*Giacobo*

1º Secretário

*Beto Mansur*

2º Secretário

*Felipe Bornier*

3ª Secretária

*Mara Gabrilli*

4º Secretário

*Alex Canziani*

Suplentes de Secretário

1º Suplente

*Mandetta*

2º Suplente

*Gilberto Nascimento*

3ª Suplente

*Luiza Erundina*

4º Suplente

*Ricardo Izar*

Diretor-Geral

*Rômulo de Sousa Mesquita*

Secretário-Geral da Mesa

*Silvio Avelino da Silva*



Câmara dos  
Deputados

# LEGISLAÇÃO DO PARLASUL

Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul e a Resolução do Congresso Nacional do Brasil nº 1 de 2011.

Atualizada até 25/8/2015.

# LEGISLACIÓN DEL PARLASUR

Reglamento Interno del Parlamento del Mercosur, Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur y la Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº 1 de 2011.

Actualizada hasta el 25/8/2015.

Centro de Documentação e Informação  
Edições Câmara  
Brasília | 2015

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretoria Legislativa

*Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho*

Centro de Documentação e Informação

*Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado*

Coordenação Edições Câmara

*Diretora: Heloísa Helena Silva Coelho Antunes*

Departamento de Comissões

*Diretora: Rejane Salete Marques*

Secretaria Executiva da Representação Brasileira

*Secretário-Executivo: Antonio Ferreira Costa Filho*

Projeto gráfico de capa e miolo: Patrícia Weiss

Diagramação: Roberto Camara

Revisão do português e pesquisa de atualização: Francisco de Assis Diniz e

Luzimar Gomes de Paiva

Tradução e revisão do espanhol: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

A pesquisa de atualização das normas presentes nesta publicação foi realizada em 25/8/2015.

Câmara dos Deputados  
Centro de Documentação e Informação – Cedi  
Coordenação Edições Câmara – Coedi  
Anexo II – Praça dos Três Poderes  
Brasília (DF) – CEP 70160-900  
Telefone: (61) 3216-5809  
editora@camara.leg.br

SÉRIE  
Textos básicos  
n. 117

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

---

Legislação do Parlasul [recurso eletrônico] : Regimento interno do Parlamento do Mercosul, Protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul e a Resolução do Congresso Nacional do Brasil nº 1 de 2011 = Legislación del Parlasur : Reglamento interno del Parlamento del Mercosur, Protocolo constitutivo del Parlamento del Mercosur y la Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº de 2011 / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

Versão PDF.

Atualizada até 25/8/2015.

Modo de acesso: <http://www.camara.leg.br/editora>

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-85-402-0439-3

1. Mercado Comum do Sul (Mercosul), legislação. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. II. Legislación del Parlasur : Reglamento interno del Parlamento del Mercosur y la Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº 1 de 2011. III. Série.

CDU 339.923(094)

# SUMÁRIO

## PORTUGUÊS/PORTUGUÊS

DISPOSIÇÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL Nº 6,  
DE 6 DE AGOSTO DE 2007

Regimento Interno do Parlamento do Mercosul..... 13

## REGIMENTO INTERNO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Capítulo 1 – Disposições Preliminares.....	14
Seção 1 – Alcance e Deveres .....	14
Seção 2 – Sede .....	14
Seção 3 – Reforma do Regimento.....	14
Capítulo 2 – Parlamentares Do Mercosul.....	15
Seção 1 – Composição e Denominação .....	15
Seção 2 – Direitos e Deveres.....	15
Seção 3 – Independência e Imunidades .....	16
Seção 4 – Licenças e Ausências .....	17
Seção 5 – Renúncia.....	18
Seção 6 – Sanções, Perda do Mandato e Incompatibilidades.....	18
Capítulo 3 – Grupos Políticos.....	19
Capítulo 4 – Mesa Diretora .....	20
Capítulo 5 – Presidência e Vice-Presidências .....	22
Seção 1 – Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.....	22
Seção 2 – Competências do Presidente e dos Vice-Presidentes.....	23
Capítulo 6 – Comissões.....	24
Seção 1 – Disposições Gerais e Atribuições.....	24
Seção 2 – Organização.....	25
Seção 3 – Comissões Permanentes .....	27
Seção 4 – Comissões Temporárias, Especiais e Delegações Externas.....	30
Capítulo 7 – Reuniões Públicas e Participação da Sociedade Civil.....	31
Seção 1 – Audiências Públicas e Seminários .....	31
Capítulo 8 – Atos do Parlamento.....	32
Capítulo 9 – Sessões e Reuniões.....	34
Seção 1 – Período e Subperíodos.....	35

Seção 2 – Sessões Extraordinárias .....	35
Seção 3 – Sessões Preparatórias .....	35
Seção 4 – Sessões Ordinárias.....	36
Seção 5 – Debates da Ordem do Dia.....	38
Seção 6 – Quórum .....	40
Seção 7 – Interpretação e Cumprimento do Regimento .....	41
Seção 8 – Requerimentos .....	41
Subseção 1 – Requerimentos de Ordem .....	41
Subseção 2 – Requerimentos de Preferência.....	43
Subseção 3 – Requerimentos de Reconsideração.....	43
Seção 9 – Votações .....	44
Capítulo 10 – Assuntos Administrativos .....	45
Seção 1 – Comunicação e Divulgação dos Trabalhos do Parlamento.....	45
Capítulo 11 – Disposições Transitórias e Finais .....	46
PROTOCOLO CONSTITUTIVO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL .....	48
Artigo 1º – Constituição .....	49
Artigo 2º – Propósitos .....	49
Artigo 3º – Princípios .....	50
Artigo 4º – Competências.....	51
Artigo 5º – Integração.....	53
Artigo 6º – Eleição .....	54
Artigo 7º – Participação dos Estados Associados .....	54
Artigo 8º – Incorporação de Novos Membros.....	54
Artigo 9º – Independência.....	55
Artigo 10 – Mandato.....	55
Artigo 11 – Requisitos e Incompatibilidades .....	55
Artigo 12 – Prerrogativas e Imunidades .....	55
Artigo 13 – Opiniões Consultivas.....	56
Artigo 14 – Aprovação do Regimento Interno .....	56
Artigo 15 – Sistema de Adoção de Decisões.....	56
Artigo 16 – Organização.....	56
Artigo 17 – Reuniões.....	57
Artigo 18 – Deliberações.....	58
Artigo 19 – Atos Do Parlamento.....	58
Artigo 20 – Orçamento .....	58

Artigo 21 – Sede.....	59
Artigo 22 – Adesão e Denúncia.....	59
Artigo 23 – Vigência e Depósito.....	59
Artigo 24 – Cláusula Revogatória .....	59
Disposições Transitórias .....	60
Primeira – Etapas.....	60
Segunda – Integração .....	60
Terceira – Eleição.....	60
Quarta – Dia do Mercosul Cidadão.....	61
Quinta – Mandato e Incompatibilidades.....	61
Sexta – Sistema de Adoção de Decisões .....	61
Sétima – Orçamento .....	62

#### RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1 DE 2011

Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.....	63
Capítulo I – Das Disposições Gerais .....	63
Capítulo II – Da Competência.....	63
Capítulo III – Da Composição.....	65
Capítulo IV – Dos Trabalhos .....	66

#### ESPAÑOL/ESPAÑOL

##### DISPOSICION DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR Nº 6, DEL 6 DE AGOSTO DE 2007

Reglamento Interno del Parlamento del Mercosur.....	71
---	----

##### REGLAMENTO INTERNO DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

Capítulo 1 – Disposiciones Preliminares.....	72
Sección 1 – Alcance y Obligaciones.....	72
Sección 2 – Sede.....	72
Sección 3 – Reforma del Reglamento .....	72
Capítulo 2 – Parlamentarios y Parlamentarias del Mercosur.....	73
Sección 1 – Integración y Denominación.....	73
Sección 2 – Derechos y Obligaciones .....	73
Sección 3 – Independencia e Inmunidades .....	74
Sección 4 – Licencias e Inasistencias.....	75
Sección 5 – Renuncia .....	76
Sección 6 – Sanciones, Pérdida del Mandato e Incompatibilidad .....	77



Capítulo 3 – Grupos Políticos.....	77
Capítulo 4 – Mesa Directiva.....	78
Capítulo 5 – Presidencia y Vicepresidencias.....	80
Sección 1 – Elección del Presidente y Vicepresidentes.....	80
Sección 2 – Competencias del Presidente y Vicepresidentes.....	81
Capítulo 6 – Comisiones.....	82
Sección 1 – Disposiciones Generales y Atribuciones.....	82
Sección 2 – Organización.....	84
Sección 3 – Comisiones Permanentes.....	85
Sección 4 – Comisiones Temporarias, Especiales y Delegaciones Externas.....	89
Capítulo 7 – Reuniones Públicas y Participación de la Sociedad Civil.....	90
Sección 1 – Audiencias Públicas y Seminarios.....	90
Capítulo 8 – Actos del Parlamento.....	91
Capítulo 9 – Sesiones y Reuniones.....	93
Sección 1 – Período y Subperíodos.....	94
Sección 2 – Sesiones Extraordinarias.....	94
Sección 3 – Sesiones Preparatorias.....	95
Sección 4 – Sesiones Ordinarias.....	96
Sección 5 – Debates del Orden del Día.....	98
Sección 6 – Quórum.....	99
Sección 7 – Interpretación y Cumplimiento del Reglamento.....	101
Sección 8 – Mociones.....	101
Subsección 1 – Mociones de Orden.....	101
Subsección 2 – Mociones para Tratamiento Sobre Tablas.....	102
Subsección 3 – Mociones de Reconsideración.....	103
Sección 9 – Votaciones.....	103
Capítulo 10 – Asuntos Administrativos.....	105
Sección 1 – Comunicación y Divulgación de los Trabajos del Parlamento.....	105
Capítulo 11 – Disposiciones Transitorias y Finales.....	105
PROTOCOLO CONSTITUTIVO DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR...	108
Artículo 1 – Constitución.....	109
Artículo 2 – Propósitos.....	109
Artículo 3 – Principios.....	110
Artículo 4 – Competencias.....	111

Artículo 5 – Integración.....	113
Artículo 6 – Elección .....	114
Artículo 7 – Participación de los Estados Asociados.....	114
Artículo 8 – Incorporación de Nuevos Miembros.....	114
Artículo 9 – Independencia.....	115
Artículo 10 – Mandato .....	115
Artículo 11 – Requisitos e Incompatibilidades .....	115
Artículo 12 – Prerrogativas e Inmidades.....	115
Artículo 13 – Opiniones.....	116
Artículo 14 – Aprobación del Reglamento Interno .....	116
Artículo 15 – Sistema de Adopción de Decisiones.....	116
Artículo 16 – Organización.....	116
Artículo 17 – Reuniones.....	117
Artículo 18 – Deliberaciones.....	118
Artículo 19 – Actos del Parlamento .....	118
Artículo 20 – Presupuesto .....	118
Artículo 21 – Sede .....	119
Artículo 22 – Adhesión y Denuncia .....	119
Artículo 23 – Vigencia y Depósito .....	119
Artículo 24 – Cláusula Revocatoria.....	119
Disposiciones Transitorias.....	120
Primera – Etapas .....	120
Segunda – Integración .....	120
Tercera – Elección .....	120
Cuarta – Día del Mercosur Ciudadano .....	121
Quinta – Mandato e Incompatibilidades.....	121
Sexta – Sistema de Adopción de Decisiones.....	121
Séptima – Presupuesto .....	122
 RESOLUCIÓN DEL CONGRESO NACIONAL DE BRASIL N° 1 DE 2011	
Dispone sobre la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur, su composición, organización y competencias.....	123
Capítulo I – Disposiciones Generales.....	123
Capítulo II – Competencia .....	123
Capítulo III – Composición.....	125
Capítulo IV – Trabajos .....	126

**PORTUGUÊS/PORTUGUÉS**

# DISPOSIÇÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL Nº 6, DE 6 DE AGOSTO DE 2007<sup>1</sup>

Regimento Interno do Parlamento do  
Mercosul.

Visto:

Que o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul em seu artigo 14, estabelece que o Parlamento aprovará seu Regimento Interno;

Que para tais efeitos foi criada, na II Sessão Ordinária, a Comissão de Regimento Interno com o objetivo de elaborar um texto a ser apresentado para deliberação do Plenário.

Considerando:

O projeto de regulamento interno, encaminhado ao Plenário pela Comissão de Regimento Interno, no dia 6 de agosto de 2007, para apreciação.

O Parlamento do Mercosul dispõe:

Artigo 1º Aprovar o texto do Regimento Interno que se inclui como Anexo I da presente disposição e faz parte integrante da presente disposição.

Montevidéu, 6 de agosto de 2007.

ROBERTO CONDE

Presidente

EDGAR LUGO

Secretário Parlamentar

---

1 Publicada em 25-8-2007 na cidade de Montevidéu, Uruguai.

# REGIMENTO INTERNO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL<sup>2</sup>

## CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### Seção 1 Alcance e Deveres

**Art. 1º** O Parlamento do Mercosul é regido pelo presente Regimento e pelo Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (PCPM), em que se funda.

**Art. 2º** As disposições deste Regimento aplicam-se aos Parlamentares do Mercosul e a todas as pessoas que intervenham no funcionamento interno do Parlamento, e aquele que o descumprir será passível das sanções por ele determinadas.

### Seção 2 Sede

**Art. 3º** O Parlamento tem sede na cidade de Montevideú, República Oriental do Uruguai. (PCPM, art. 21)

### Seção 3 Reforma do Regimento

**Art. 4º** Para modificar-se este Regimento, será requerido o voto afirmativo da maioria qualificada. (PCPM, art. 14)

**Art. 5º** O projeto de reforma do Regimento deverá indicar os artigos que se pretende modificar, suprimir ou agregar.

**Art. 6º** Os projetos de reforma do Regimento devem ser votados, após informe escrito das comissões competentes, em sessão especial exclusivamente destinada a sua apreciação.

---

2 Texto aprovado pela Disposição do Parlamento do Mercosul n° 6 de 6-8-2007 com a modificação incorporada pela Disposição do Parlamento do Mercosul n° 1 de 7-4-2014.

## CAPÍTULO 2 PARLAMENTARES DO MERCOSUL

### Seção 1 Composição e Denominação

**Art. 7º** O Parlamento do Mercosul é integrado por Parlamentares eleitos por meio do sufrágio direto, universal e secreto dos cidadãos dos Estados-Partes. (PCPM, arts. 1.3 e 6.1)

**Art. 8º** A denominação dos membros do Parlamento do Mercosul (PCPM, art. 5.2) é a seguinte:

- a) Parlamentarios ou Parlamentarias del Mercosur, em espanhol;
- b) Parlamentares do Mercosul, em português;
- c) Mercosur Parlamento-gua, em guarani.

1. O tratamento dos Parlamentares do Mercosul é “Senhor Parlamentar ou Senhora Parlamentar”.

### Seção 2 Direitos e Deveres

**Art. 9º** Cada Parlamentar tem direito a voz e a um voto.

1. Os legisladores nacionais dos Estados em processo de adesão podem fazer uso da palavra nas sessões do Plenário e nas reuniões das comissões, sem direito a voto.

2. Os legisladores nacionais dos Estados-Associados podem fazer uso da palavra nas sessões do Parlamento, sem direito a voto.

**Art. 10.** Todo Parlamentar pode apresentar propostas de qualquer ato previsto neste Regimento, com exceção dos pareceres.

**Art. 11.** É dever dos Parlamentares assistir às sessões dos períodos ordinários ou extraordinários do Parlamento e às reuniões das comissões.

1. Em caso de ausência do membro titular, este será substituído pelo respectivo suplente, devidamente acreditado.

2. Todo Parlamentar, exceto o Presidente, deve integrar pelo menos uma Comissão.

**Art. 12.** O mandato comum dos Parlamentares é de quatro anos, contados a partir da assunção efetiva do cargo, podendo ser reeleitos. (PCPM, art. 10)

1. Os Parlamentares permanecerão em suas funções até a abertura da primeira sessão do Parlamento do período parlamentar seguinte às eleições, das quais resultem eleitos seus substitutos.

### Seção 3 Independência e Imunidades

**Art. 13.** Os membros do Parlamento não estão sujeitos a mandato imperativo e atuarão com independência no exercício de suas funções. (PCPM, art. 9)

**Art. 14.** Os Parlamentares gozam das prerrogativas, imunidades e isenções estabelecidas no Acordo de Sede firmado entre o Mercosul e a República Oriental do Uruguai. (PCPM, arts. 12 e 21)

**Art. 15.** Os deslocamentos dos membros do Parlamento, no exercício de suas funções, não serão limitados por restrições legais ou administrativas. (PCPM, art. 12.3)

1. Os documentos para a livre circulação dos Parlamentares pelos Estados-Partes serão expedidos pelo Presidente do Parlamento do Mercosul.

**Art. 16.** Os Parlamentares não podem ser julgados, civil ou penalmente, no território dos Estados-Partes do Mercosul, em nenhum momento, nem durante nem após seus mandatos, pelas opiniões e votos emitidos no exercício de suas funções. (PCPM, art. 12.2)

**Art. 17.** Toda petição dirigida ao Presidente por uma autoridade competente de um Estado-Parte, com a finalidade de suspender a imunidade de um Parlamentar, será comunicada ao Plenário e remetida à Comissão competente.

**Art. 18.** Toda petição dirigida ao Presidente por um Parlamentar ou por um ex-Parlamentar para proteção à imunidade, às prerrogativas e às isenções será comunicada ao Plenário e remetida à Comissão competente.

**Art. 19.** Quando um Parlamentar for detido ou tiver restringida sua liberdade de locomoção, em aparente infração de suas prerrogativas e imunidades, o Presidente, em caráter de urgência, poderá tomar a iniciativa de confirmar as prerrogativas e imunidades do Parlamentar, comunicando esta iniciativa à Comissão competente e informando ao Plenário.

## Seção 4

### Licenças e Ausências

**Art. 20.** O Parlamentar poderá solicitar licença para ausentar-se das sessões do Plenário ou das reuniões das comissões, pelas seguintes razões:

- a) por missão oficial delegada pelo próprio Parlamento;
- b) por motivos políticos inerentes ao desempenho de seu cargo;
- c) por motivos de saúde;
- d) por maternidade ou paternidade; ou
- e) por outros motivos justificados.

**Art. 21.** A solicitação de licença deve ser apresentada por escrito, dirigida ao Presidente, e explicitar os motivos e o prazo.

1. Se a licença for solicitada entre duas sessões, o Presidente convocará o suplente respectivo e informará o Plenário sobre a solicitação, explicitando sua causa. O Parlamento votará a licença na sessão imediatamente posterior.

2. Se a solicitação for apresentada no curso de uma sessão e aprovada durante a mesma, o Presidente convocará o suplente respectivo.

**Art. 22.** O Plenário pode decidir negativamente acerca das solicitações de licença, e, neste caso, não se concederá remuneração alguma.

**Art. 23.** Em caso de autorização de licença a Parlamentares, para o pagamento da remuneração serão adotados os seguintes critérios:

- a) nos casos das letras *a*, *b*, *c* e *d* do art. 20, se pagará, em todos os casos, a remuneração correspondente;
- b) no caso da letra *e*, o Plenário poderá outorgá-la com ou sem remuneração.

**Art. 24.** Os Parlamentares podem solicitar licença, sem remuneração, por um prazo máximo de até 90 (noventa) dias por subperíodo parlamentar, a qual será outorgada pelo Plenário.

**Art. 25.** As ausências do Parlamentar serão descontadas de sua remuneração e se remeterá o assunto à Comissão competente.

1. Se a ausência se prolongar por 2 (duas) sessões, será convocado o suplente para a sessão seguinte.



**Art. 26.** Caso as ausências sejam justificadas no prazo de 7 (sete) dias, contados a partir do primeiro dia seguinte à sessão, o Parlamentar não terá descontada de sua remuneração a referida ausência.

1. As justificações serão enviadas à Mesa Diretora, que sobre elas despachará.
2. Nos casos em que as ausências sejam injustificadas e reiteradas, o Presidente chamará à ordem o Parlamentar e remeterá o assunto à Comissão competente.

## Seção 5 Renúncia

**Art. 27.** Todo Parlamentar renunciante notificará a Mesa Diretora por escrito sua decisão, que deverá ser aprovada por maioria simples no Plenário, na sessão seguinte, a partir de quando surtirá efeitos.

1. Não será aceita a renúncia de nenhum Parlamentar que se encontre submetido a procedimento disciplinar ou por atos de falta de decoro parlamentar.
2. Nos casos de não aceitação, a notificação será submetida sem demora à Comissão competente, que a incluirá na Ordem do Dia de sua primeira reunião após o recebimento dessa notificação.
3. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento da notificação, para proferir seu informe, assegurando amplo direito de defesa ao renunciante.
4. Nos casos do número 1 (um), o informe da Comissão será votado em Plenário, necessitando maioria especial para ser aprovado.

## Seção 6 Sanções, Perda do Mandato e Incompatibilidades

**Art. 28.** O Parlamento aprovará um Código de Ética, que estabelecerá as infrações administrativas e éticas, assim como as respectivas sanções.

**Art. 29.** Os procedimentos de perda de mandato por atos de falta de decoro serão julgados pelo Plenário.

**Art. 30.** O Plenário, por maioria especial, poderá advertir qualquer Parlamentar ou excluí-lo do Parlamento, por falta de decoro no exercício de suas funções.

1. O Plenário é o juiz exclusivo da conduta de seus membros.

**Art. 31.** Nos casos de falecimento, renúncia, incapacidade – transitória ou permanente –, declarada judicialmente em seu país de origem, e perda de mandato, o Parlamentar será substituído por seu suplente, de modo permanente ou transitório, segundo o caso, de acordo com o estabelecido na legislação de seu Estado-Parte.

**Art. 32.** Nos casos em que o Parlamentar assuma funções incompatíveis com o mandato (PCPM, art. 11.2 e .3), deverá solicitar licença, sob pena de perda do mandato.

1. A data em que assumir, sem licença, funções incompatíveis com o mandato será considerada como a data de perda do mandato.

### CAPÍTULO 3 GRUPOS POLÍTICOS

**Art. 33.** Os Parlamentares poderão constituir-se em grupos de acordo com suas afinidades políticas.

**Art. 34.** Um grupo político será integrado por no mínimo:

- a) 10% (dez por cento) da composição do Parlamento, se forem representantes de um só Estado-Parte;
- b) 5 (cinco) Parlamentares, se forem representantes de mais de um Estado-Parte.

**Art. 35.** Um Parlamentar não poderá pertencer simultaneamente a mais de um grupo político.

**Art. 36.** Os grupos políticos estarão constituídos a partir da comunicação desta decisão à Mesa Diretora.

1. A notificação, com a assinatura de todos os seus componentes, especificará o nome do grupo, sua composição, seu coordenador, seus princípios e objetivos políticos.

2. A notificação será lida em Plenário e difundida no meio de comunicação do Parlamento.

**Art. 37.** A Mesa Diretora decidirá, por sugestão dos grupos políticos, sobre a distribuição das bancadas no Plenário.

**Art. 38.** Qualquer Parlamentar poderá renunciar a integrar um grupo político, comunicando à Mesa Diretora, que informará esta decisão ao Plenário e ao grupo.

1. Se entenderá por dissolvido o grupo político quando seus membros comunicarem à Mesa Diretora tal decisão, ou quando deixar de atender aos requisitos estipulados neste Regimento.

**Art. 39.** Os grupos políticos terão os cargos que lhes sejam assegurados no orçamento do Parlamento, para os quais as nomeações e remoções serão efetivadas por proposta de cada grupo político.

1. Ao se dissolver o grupo político, os ocupantes dos cargos deixarão automaticamente suas funções.

2. As condições de contratação serão especificadas em estatuto elaborado para esse fim.

#### CAPÍTULO 4 MESA DIRETORA

**Art. 40.** O Presidente e os Vice-Presidentes compõem a Mesa Diretora e têm um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos uma só vez. (PCPM, art. 16.2)

1. A Mesa Diretora será assistida por um secretário parlamentar e um secretário administrativo, que serão designados pelo Plenário no início de cada período parlamentar.

**Art. 41.** A Mesa Diretora se reunirá na sede do Parlamento.

1. A Mesa Diretora poderá se reunir em outros Estados-Partes, Estados em processo de adesão ou Associados, por decisão da maioria de seus integrantes.

**Art. 42.** Em caso de impossibilidade ou ausência de todos os membros da Mesa Diretora, a Presidência será desempenhada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais.

1. Se a impossibilidade for permanente, se procederá de imediato à eleição das novas autoridades, que cumprirão o tempo que faltar do mandato.

<sup>3</sup>**Art. 43.** A Mesa Diretora compete:

- a) apresentar anualmente ao Plenário a proposta de orçamento até a terceira sessão de cada subperíodo ordinário;
- b) propor ao Plenário a organização administrativa, financeira e o estatuto de pessoal e suas modificações;
- c) autorizar as nomeações, acessos, traslados, destituições e demais atos relativos ao pessoal, com base na regulamentação respectiva, a serem firmados pelo Presidente;
- d) resolver acerca do reembolso dos gastos e pagamento da remuneração dos Parlamentares;
- e) aprovar a ordem do dia das sessões ordinárias e extraordinárias;
- f) aprovar a convocação de sessões extraordinárias, proposta por qualquer membro da Mesa Diretora ou de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos Parlamentares;
- g) elaborar Proposta de Código de Ética do Parlamento do Mercosul que será submetida ao Plenário antes da discussão e informe da Comissão de Assuntos Internos;
- h) Autorizar a realização das reuniões das comissões em locais diferentes da sede do Parlamento;
- i) Estabelecer o número de membros e aprovar a integração das comissões permanentes e apresentá-la na primeira sessão ordinária de cada subperíodo parlamentar;
- j) Avaliar e resolver os pedidos de despacho imediato e as consultas dos grupos políticos, dos Parlamentares e das comissões, que deverão ser apresentados por escrito;
- k) Avaliar e resolver acerca das homenagens que os Parlamentares desejem realizar, nos termos deste Regimento;
- l) Elaborar os planos de trabalho parlamentar em conjunto com os coordenadores dos grupos políticos;
- m) Autorizar a Presidência do Parlamento a encaminhar ao Conselho do Mercado Comum solicitações que propiciem declarar de interesse regional um evento ou atividade a se desenvolver em uma data determinada que tenham merecido parecer sem dissidência ou observações da Comissão respectiva;

1. As decisões da Mesa Diretora serão adotadas por consenso.

<sup>3</sup> Artigo com redação dada pela Disposição do Parlamento do Mercosul n° 1 de 7-4-2014.

## CAPÍTULO 5 PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIAS

### Seção 1 Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes

**Art. 44.** Na Sessão Preparatória, uma vez presentes Parlamentares em número suficiente para formar quórum, serão eleitos, sucessivamente, um Presidente e um Vice-Presidente de cada um dos demais Estados-Partes (PCPM, art. 16.1), que ocuparão as Vice-Presidências segundo a ordem por quantidade de votos em que hajam sido eleitos.

**Art. 45.** A Sessão Preparatória inicia-se sob a Presidência do Parlamentar mais idoso, sempre que não seja candidato a nenhum cargo na Mesa Diretora, denominado Presidente Provisório, que dará posse a todos os Parlamentares e presidirá a eleição do Presidente.

**Art. 46.** Os Parlamentares deverão indicar os nomes dos candidatos à Presidência, por escrito, ao Presidente provisório.

**Art. 47.** Os candidatos ao cargo de Presidente terão 15 (quinze) minutos cada um para expor seu programa de trabalho.

**Art. 48.** Será considerado eleito o candidato que obtiver maioria qualificada de votos na primeira votação.

1. Caso na primeira votação nenhum candidato haja obtido a referida maioria, se votará nos dois candidatos que tenham obtido maior quantidade de votos, sendo eleito para o cargo o mais votado, por maioria absoluta, na segunda votação.

2. Se houver empate na segunda votação, será procedida uma nova votação e, se o empate se repetir, será considerado eleito o candidato mais idoso.

**Art. 49.** Uma vez eleito o Presidente, o Presidente provisório lhe transmitirá o cargo, e aquele presidirá as eleições dos Vice-Presidentes, observando-se os mecanismos descritos nos artigos precedentes no que for pertinente.

**Art. 50.** As eleições serão sucessivas e por votação nominal, proclamando-se posteriormente os eleitos e fazendo-se as comunicações pertinentes ao Conselho do Mercado Comum e aos Parlamentos Nacionais dos Estados-Partes.

## Seção 2

### Competências do Presidente e dos Vice-Presidentes

**Art. 51.** O Presidente representa o Parlamento de acordo com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul e com este Regimento.

1. O Presidente faz as comunicações oficiais e pode delegar as atribuições que sejam autorizadas por este Regimento.

**Art. 52.** Compete ao Presidente:

- a) observar e fazer observar o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul e este Regimento;
- b) preparar a Ordem do Dia e submetê-la à aprovação da Mesa Diretora;
- c) presidir as sessões, garantir as discussões, propor as votações e proclamar os resultados;
- d) convocar os Parlamentares, chamá-los ao recinto e iniciar as sessões;
- e) passar ao intervalo (quarto intermédio) por solicitação de Parlamentar, aprovada nos termos deste Regimento;
- f) suspender a sessão por até 60 (sessenta) minutos, em caso de desordem ou atividade protocolar;
- g) levantar a sessão por falta de quórum ou por solicitação de Parlamentar, aprovada nos termos deste Regimento;
- h) revogar a convocação de uma sessão, quando não houver atos de trâmite parlamentar ou existirem circunstâncias excepcionais que assim o aconselhem;
- i) comunicar os assuntos apresentados e distribuir os diferentes assuntos entre as comissões ou ao Plenário, conforme o caso;
- j) chamar os Parlamentares à ordem durante a sessão e, se apesar de tal advertência, não se corrigirem ou alegarem não a haverem merecido, o Presidente se dirigirá ao Plenário, pedindo-lhe autorização para chamá-los à ordem, e, sem discussão alguma, o referido colegiado decidirá.
- k) receber, ante o Plenário, o compromisso dos Parlamentares eleitos, para sua posse;
- l) proibir a entrada no recinto de pessoas cuja presença, a seu juízo, não for conveniente para a ordem, a dignidade ou o decoro do Parlamento;
- m) ordenar os gastos e os pagamentos;
- n) firmar e rubricar as atas das sessões do Parlamento;
- o) ordenar a publicação do diário das sessões;

- p) convocar as sessões;
- q) exercer todas as demais funções que sejam necessárias para o eficaz cumprimento de seu cargo.

1. O Presidente poderá delegar transitoriamente as competências previstas nas letras *m* e *n* deste artigo a qualquer dos Vice-Presidentes quando estime pertinente.

**Art. 53.** Os Vice-Presidentes colaborarão com o Presidente no exercício de suas funções e o substituirão, pela ordem, em caso de morte, renúncia, ausência ou impedimento.

## CAPÍTULO 6 COMISSÕES

### Seção 1

#### Disposições Gerais e Atribuições

**Art. 54.** O Parlamento do Mercosul terá comissões permanentes, temporárias e especiais.

<sup>4</sup>**Art. 55.** As reuniões das Comissões serão realizadas na sede do Parlamento.

1. Em casos excepcionais, as Comissões, por decisão da maioria de seus membros, poderão reunir-se em lugares distintos da sede do Parlamento, devendo dirigir uma solicitação ao Presidente do Parlamento, com 15 (quinze) dias de antecipação a data prevista para a reunião, que a submeterá à consideração da Mesa Diretora.

2. Se a solicitação não for respondida no prazo de 7 (sete) dias da data prevista para a reunião, será considerada aprovada.

3. Em caso de urgência, o Presidente poderá decidir, devendo fundamentar sua decisão se essa for denegatória.

4. As reuniões das Comissões fora da sede não poderão se realizar simultaneamente com a sessão plenária do Parlamento.

**Art. 56.** As comissões, em razão das matérias de sua competência, deverão:

- a) discutir e votar as propostas e os assuntos submetidos à sua consideração;

---

4 Artigo com redação dada pela Disposição do Parlamento do Mercosul nº 1 de 7-4-2014.

- b) realizar reuniões públicas sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração com entidades da sociedade civil, setores produtivos, organizações não governamentais e movimentos sociais (PCPM, art. 4.9);
- c) receber, examinar e, se for o caso, encaminhar aos órgãos decisórios, por meio da Mesa Diretora, petições de qualquer particular dos Estados-Partes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do Mercosul (PCPM, art. 4.10); e
- d) desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os Parlamentos Nacionais e outras instituições legislativas, com a finalidade de assegurar o cumprimento dos objetivos do Mercosul, em particular aqueles relacionados com a atividade parlamentar.

1. As comissões poderão convidar, para debater temas de sua competência, qualquer cidadão ou autoridade dos Estados-Partes, por meio da Mesa Diretora, que acordará com o convidado os termos de sua participação.

**Art. 57.** Quando um assunto for de caráter misto e seu estudo for da competência de mais de uma Comissão, o despacho especificará a que comissões se destina e elas poderão analisá-lo conjuntamente ou iniciar separadamente a apreciação, com aviso à outra ou às outras.

1. O informe deverá ser submetido ao plenário das comissões às quais tenha sido destinado o assunto.

**Art. 58.** As comissões e subcomissões poderão reunir-se durante o recesso.

## Seção 2 Organização

**Art. 59.** O número de membros das comissões permanentes será estabelecido por ato da Mesa Diretora na primeira sessão de cada subperíodo ordinário.

1. A designação dos Parlamentares que integrarão as comissões permanentes ou especiais se fará, tanto quanto possível, refletindo de forma proporcional a presença dos grupos políticos.

**Art. 60.** Os Vice-Presidentes podem ser membros das comissões e subcomissões.

**Art. 61.** Os Parlamentares que não sejam integrantes de uma Comissão podem assistir às suas reuniões e tomar parte nos debates, porém não poderão participar das decisões e nem da subscrição dos despachos correspondentes.



**Art. 62.** Cada Comissão permanente terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

1. O mandato dos membros das comissões permanentes e dos seus respectivos Presidentes e Vice-Presidentes será de 2 (dois) anos.

<sup>5</sup>**Art. 63.** As comissões podem realizar sessões com a presença de pelo menos um terço de seus membros, desde que estejam representados todos os Estados-Partes. Os informes serão adotados por maioria simples requerendo para sua aprovação a assinatura de pelo menos 1 (um) Parlamentar de cada Estado-Parte membro da Comissão.

**Art. 64.** Se a maioria de uma Comissão estiver impedida ou se recusar a comparecer, a minoria deverá levar esse fato ao conhecimento da Mesa Diretora que, sem prejuízo de acordar aquilo que estime oportuno a respeito dos assistentes, designará outros membros, de forma transitória ou definitiva segundo o caso.

**Art. 65.** Será lavrada ata de cada reunião, podendo constar, a pedido do Parlamentar, as razões que fundamentam o seu voto sobre o assunto apreciado.

**Art. 66.** Se as opiniões dos membros de uma Comissão estiverem divididas, a minoria poderá apresentar seu informe ao Plenário por escrito e sustentá-lo na discussão.

1. Se houver dois informes com igual número de assinaturas, o informe da maioria será aquele assinado pelo Presidente da Comissão, ou por quem presida o plenário das comissões.

**Art. 67.** Cada Comissão elegerá seu Presidente e Vice-Presidente na primeira reunião do primeiro e terceiro subperíodo parlamentar.

1. Serão aplicadas às eleições dos Presidentes e Vice-Presidentes das comissões, quando couber, as regras estabelecidas para a eleição da Mesa Diretora.

**Art. 68.** Cada Comissão poderá criar até 2 (duas) subcomissões permanentes, por decisão da maioria simples.

---

5 Artigo com redação dada pela Disposição do Parlamento do Mercosul nº 1 de 7-4-2014.

### Seção 3

#### Comissões Permanentes

**Art. 69.** As comissões permanentes são as seguintes:

- a) Assuntos Jurídicos e Institucionais;
- b) Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários;
- c) Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico;
- d) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes;
- e) Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social;
- f) Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo;
- g) Cidadania e Direitos Humanos;
- h) Assuntos Interiores, Segurança e Defesa;
- i) Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca;
- j) Orçamento e Assuntos Internos.

**Art. 70.** À Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) harmonização da legislação dos Estados-Partes;
- b) aspectos constitucionais, regimentais e de técnica legislativa;
- c) incorporação de normas;
- d) órgãos do Mercosul;
- e) consultas e cooperação com o Tribunal Permanente de Revisão;
- f) matérias de natureza civil e criminal;
- g) interpretação e reforma do Regimento;
- h) petições;
- i) redação e estilo dos atos do Parlamento.

**Art. 71.** À Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) coordenação macroeconômica;
- b) indústria, serviços, comércio e acesso a mercados;
- c) regimes especiais de importação e exportação;
- d) defesa da concorrência e salvaguardas;
- e) questões aduaneiras, da Tarifa Externa Comum e circulação de mercadorias;
- f) assuntos monetários;

- g) assuntos cambiais;
- h) assuntos de seguros e de transferências de valores;
- i) sistema financeiro e bancário;
- j) fomento às pequenas e médias empresas industriais.

**Art. 72.** À Comissão de Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) relações exteriores com terceiros Estados, organizações internacionais ou blocos;
- b) relações com Estados em processo de adesão ou associados;
- c) cooperação internacional;
- d) direito internacional e direito do Mercosul;
- e) políticas de integração e equilíbrio regional.

**Art. 73.** À Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) integração educacional;
- b) contribuição para a harmonização de currículos e reconhecimento de títulos e diplomas;
- c) questões linguísticas;
- d) fomento à cultura e identidade cultural do Mercosul;
- e) preservação do patrimônio histórico, cultural, geográfico, arqueológico, artístico e científico;
- f) proteção da produção intelectual, direitos autorais e conexos;
- g) acordos culturais;
- h) datas de alta significação e homenagens cívicas;
- i) integração esportiva e incentivo ao esporte amador;
- j) cooperação em ciência e tecnologia;
- k) impacto social da tecnologia.

**Art. 74.** À Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) legislação trabalhista e política de emprego;
- b) organização, fiscalização, segurança e medicina do trabalho;
- c) assuntos de organização sindical;
- d) seguridade social;
- e) cooperativismo e economia social;

f) fomento às pequenas e médias empresas.

**Art. 75.** À Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) políticas de integração sustentável;
- b) equilíbrio regional;
- c) ordenamento territorial e habitação;
- d) meio ambiente e saneamento ambiental;
- e) recursos naturais e águas transfronteiriças;
- f) flora, fauna, solo e problemas de desertificação;
- g) mudanças climáticas;
- h) políticas de promoção do turismo;
- i) saúde, alimentação e nutrição;
- j) ações e serviços de saúde pública, vigilância epidemiológica, bioestatísticas e imunizações.

**Art. 76.** À Comissão de Cidadania e Direitos Humanos compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) direitos humanos;
- b) elaboração do relatório anual previsto no Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (PCPM, art. 4.3);
- c) questões de etnia, cidadania, infância, juventude, idosos, gênero e minorias;
- d) petições de cidadãos encaminhadas ao Parlamento;
- e) liberdade de expressão e de culto religioso;
- f) instrumentos de democracia participativa;
- g) colaboração com entidades não governamentais que atuem na defesa dos direitos humanos;
- h) defesa do consumidor.

**Art. 77.** À Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) cooperação em matéria de segurança;
- b) assuntos migratórios;
- c) integração fronteiriça;
- d) comunicações;
- e) instrumentos de cooperação jurídica;
- f) cooperação em matéria de defesa.

**Art. 78.** À Comissão de Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) integração física;
- b) integração energética;
- c) fontes renováveis de energia;
- d) energia e combustíveis;
- e) mineração;
- f) transportes e trânsito;
- g) política agrícola comum;
- h) comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;
- i) agricultura familiar e segurança alimentar;
- j) utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos;
- k) uso e conservação do solo na agricultura;
- l) silvicultura, aquicultura e pesca.

**Art. 79.** À Comissão de Orçamento e de Assuntos Internos compete discutir e informar por escrito ao Plenário sobre os seguintes temas:

- a) análise do orçamento do Parlamento;
- b) análise do orçamento do Mercosul;
- c) análise dos fundos de convergência estrutural do Mercosul;
- d) estrutura administrativa e de assessoramento do Parlamento;
- e) política de pessoal e organização administrativa do Parlamento;
- f) reforma do Regimento;
- g) direitos e deveres do Parlamentar e perda do mandato.

#### Seção 4

#### Comissões Temporárias, Especiais e Delegações Externas

**Art. 80.** As comissões temporárias são criadas para analisar determinado assunto e se extinguem ao término do período parlamentar, ou quando alcançado o fim a que se destinem, ou expirado seu prazo de duração.

**Art. 81.** O Plenário, nos casos em que estime conveniente, ou que estejam previstos neste Regimento, poderá nomear ou autorizar o Presidente a criar comissões especiais. Pelo mesmo procedimento se criarão as comissões temporárias.

**Art. 82.** As delegações externas são criadas para representar o Parlamento do Mercosul junto a outros organismos parlamentares internacionais, terceiros Estados ou blocos e em congressos, solenidades ou outros atos públicos. Elas serão compostas por proposta da Mesa Diretora, com comunicação ao Plenário.

## CAPÍTULO 7

### REUNIÕES PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

#### Seção 1

#### Audiências Públicas e Seminários

**Art. 83.** Cada Comissão poderá realizar reuniões públicas com organizações da sociedade civil, setores produtivos, organizações não governamentais e movimentos sociais, para tratar de assuntos pertinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou por solicitação de entidade ou setor interessado.

1. As reuniões públicas podem ser realizadas na forma de audiências públicas ou seminários.
2. Poderão ser convidados membros do setor governamental dos Estados-Partes, com a aprovação da maioria dos membros da Comissão.

**Art. 84.** As reuniões públicas poderão ser realizadas em qualquer dos Estados-Partes, Estados em processo de adesão ou Associados, por decisão da maioria dos membros da Comissão respectiva.

**Art. 85.** As audiências públicas se regerão pelos princípios da simplicidade, oralidade, informalidade, participação e economia processual.

**Art. 86.** Aprovada a proposta de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os respectivos convites.

1. Na hipótese de haver discordâncias em relação à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma a garantir a participação das diversas correntes de opinião.
2. O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser interrompido.

3. Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, dar por terminada sua intervenção ou determinar sua retirada do recinto.

4. O convidado poderá contar com assessores acreditados, se para tal fim houver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

5. Os Parlamentares inscritos para formular perguntas ao expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição.

**Art. 87.** As opiniões dos participantes e as conclusões alcançadas como produto das audiências públicas não serão vinculantes.

**Art. 88.** Serão redigidas atas circunstanciadas das audiências públicas, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanhem.

1. Será admitida, a qualquer tempo, a entrega de cópias dos documentos aos interessados.

**Art. 89.** Seminários são atividades de caráter informativo, realizadas pelas Comissões, com a participação de especialistas convidados pelo Presidente da Comissão, segundo indicação do Parlamentar proponente.

1. Nos seminários qualquer participante poderá fazer uso da palavra, desde que inscrito previamente junto à Presidência.

## CAPÍTULO 8 ATOS DO PARLAMENTO

**Art. 90.** São atos do Parlamento:

- a) pareceres;
- b) projetos de normas;
- c) anteprojetos de normas;
- d) declarações;
- e) recomendações;
- f) relatórios e
- g) disposições.

**Art. 91.** Toda proposta será apresentada por escrito e deverá ser firmada pelo autor ou autores.

**Art. 92.** As propostas serão anunciadas na sessão em que são apresentadas e serão distribuídas à Comissão ou às Comissões correspondentes.

**Art. 93.** As propostas não podem ser retiradas por seu autor depois de aprovadas em pelo menos uma Comissão, exceto quando aprovado requerimento em Plenário solicitando a sua retirada.

**Art. 94.** Pareceres (PCPM, art. 4.12) são as opiniões emitidas pelo Parlamento sobre projetos de normas, enviadas pelo Conselho do Mercado Comum antes de sua aprovação, que necessitem de aprovação legislativa em um ou mais Estados-Partes.

1. Os pareceres constarão de 2 (duas) partes:
  - a) descrição, com a exposição circunstanciada da matéria em exame e de sua negociação nos órgãos decisórios do Mercosul;
  - b) análise, com a opinião quanto à conveniência da aprovação ou rejeição do projeto de normas, ou à necessidade de apresentar sugestões sobre o mesmo, para serem encaminhadas ao Conselho do Mercado Comum.

**Art. 95.** Projetos de normas do Mercosul (PCPM, art. 4.13) são as proposições normativas apresentadas para apreciação do Conselho do Mercado Comum.

1. Os projetos de normas não poderão conter matéria estranha à integração e deverão tratar, cada um, de um tema específico.
2. As propostas de projeto de normas devem ser apresentadas em 3 (três) cópias, subscritas pelo autor ou autores, destinadas à tramitação, ao arquivo e aos meios de difusão do Parlamento.
3. As propostas de projeto de normas conterão um resumo da norma.
4. As propostas de projeto de normas serão apresentadas à Mesa Diretora, que dará publicidade, comunicará ao Plenário e distribuirá à Comissão ou Comissões competentes.

**Art. 96.** O Presidente do Parlamento solicitará semestralmente ao Conselho do Mercado Comum relatório sobre o andamento dos projetos de normas do Parlamento encaminhados àquele órgão.

**Art. 97.** Anteprojetos de normas (PCPM, art. 4.14) são as proposições que visam à harmonização das legislações dos Estados-Partes, dirigidas aos Parlamientos Nacionais para sua eventual consideração.



1. O procedimento relativo às propostas de anteprojetos de normas será regido pelo disposto para as propostas de projetos de normas, no que for pertinente.

**Art. 98.** Declarações são as manifestações do Parlamento sobre qualquer assunto de interesse público.

**Art. 99.** Recomendações são indicações gerais dirigidas aos órgãos decisórios do Mercosul.

**Art. 100.** Relatórios são estudos realizados por uma ou mais comissões permanentes ou temporárias e aprovados pelo Plenário, que contenham análise de um tema específico.

1. As propostas de relatórios poderão ser elaboradas e apresentadas à Mesa Diretora por um mínimo de 5 (cinco) por cento da totalidade dos Parlamentares.

2. A Comissão de Direitos Humanos elaborará anualmente, para a consideração do Plenário, Relatório sobre Direitos Humanos no Mercosul. (CPCM, art. 4.3)

**Art. 101.** Disposições são normas gerais, de caráter administrativo, que dispõem sobre a organização interna do Parlamento.

**Art. 102.** As propostas de atos serão encaminhadas à Secretaria Parlamentar com pelo menos 20 (vinte) dias de antecipação à realização da sessão, para serem difundidas pelos meios de comunicação do Parlamento, requisito indispensável para dar conhecimento ao Plenário e às Comissões.

## CAPÍTULO 9 SESSÕES E REUNIÕES

**Art. 103.** As sessões do Parlamento, as reuniões das comissões e da Mesa Diretora se realizarão em sua sede, salvo as exceções contempladas neste Regimento.

1. Em caso de guerra, de comoção interna ou de fatos que impossibilitem seu funcionamento na sede, o Parlamento poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local, por determinação da Mesa Diretora ou por solicitação da maioria simples dos Parlamentares.

**Art. 104.** O Parlamento se reunirá em sessão especial, por decisão da maioria simples do Plenário, para receber Chefes de Estado, de Governo ou convidados especiais.

1. Nessas sessões, o Parlamento não tratará de outros assuntos.

### **Seção 1** **Período e Subperíodos**

**Art. 105.** Cada período parlamentar compreenderá quatro subperíodos ordinários de sessões.

**Art. 106.** Cada subperíodo ordinário de sessões se iniciará em 15 de fevereiro e se encerrará em 15 de dezembro de cada ano.

### **Seção 2** **Sessões Extraordinárias**

**Art. 107.** O Parlamento do Mercosul poderá ser convocado pelo Presidente para sessões extraordinárias, por solicitação do Conselho do Mercado Comum, por decisão da Mesa Diretora ou por requerimento de pelo menos 25% dos Parlamentares. (PCPM, art. 17.1)

1. As sessões extraordinárias serão convocadas em um prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento da solicitação.

2. As sessões extraordinárias serão convocadas para apreciar Ordem do Dia predeterminada e se encerrarão quando esta haja sido esgotada.

**Art. 108.** Em condições excepcionais, nos termos deste Regimento, serão admitidas sessões plenárias do Parlamento em outro Estado-Parte, Estados em processo de adesão ou Associados.

1. Para realizar sessões plenárias fora da sede, a decisão será tomada por maioria qualificada.

### **Seção 3** **Sessões Preparatórias**

**Art. 109.** A primeira sessão do primeiro e terceiro subperíodos parlamentares será preparatória e se realizará na primeira quinzena de fevereiro.

**Art. 110.** As sessões preparatórias têm por objetivo dar posse aos Parlamentares, receber o termo de compromisso e eleger a Mesa Diretora.

1. A posse e o compromisso dos Parlamentares se realizarão nas sessões preparatórias do primeiro subperíodo.

**Art. 111.** O Presidente provisório tomará o compromisso dos Parlamentares nos seguintes termos: “Assumo o compromisso de dedicar meus maiores esforços para representar nossos povos, consolidar o processo de integração regional, assim como observar e fazer observar o Direito do Mercosul e reafirmar o exercício pleno da democracia e dos Direitos Humanos”.

1. O Parlamentar suplente assumirá seu compromisso na primeira sessão em que participe.

**Art. 112.** Se, por causa não justificada, um Parlamentar não tomar posse na sessão preparatória, a Presidência o notificará por escrito de que deve fazê-lo na primeira sessão ordinária seguinte, com a advertência de que, caso contrário, seu cargo será declarado vago.

1. As justificações alegadas para a ausência serão decididas pelo Plenário por maioria especial.

2. Caso as justificações sejam aceitas, o Plenário concederá um prazo máximo para a posse, sob pena de seu cargo ser declarado vago.

3. Caso as justificações não sejam aceitas, deverá tomar posse na próxima sessão ordinária, sob pena de seu cargo ser declarado vago.

**Art. 113.** Os Parlamentares impedidos antes da posse serão substituídos pelos titulares ou suplentes correspondentes, na ordem de precedência determinada pela legislação nacional de seu Estado-Parte.

#### Seção 4 Sessões Ordinárias

**Art. 114.** O Parlamento se reunirá em sessão ordinária pelo menos uma vez por mês. (PCPM, art. 17)

1. Todas as sessões do Parlamento e reuniões de suas comissões são públicas, exceto aquelas que sejam declaradas de caráter reservado, em decisão aprovada por maioria absoluta.

**Art. 115.** Na primeira sessão de cada subperíodo ordinário, se estabelecerão as datas e a hora de início das sessões ordinárias.

**Art. 116.** No início de cada sessão se tomarão as presenças dos Parlamentares.

**Art. 117.** As sessões do Parlamento e as reuniões de suas comissões poderão iniciar-se com a presença de pelo menos um terço de seus membros, no qual estejam representados todos os Estados-Partes. (PCPM, art. 18.1)

<sup>6</sup>**Art. 118.** As sessões não se realizarão:

- a) por falta de quórum, salvo previsto no art. 134;
- b) por motivo de força maior, se assim decidir a Presidência, em consulta à Mesa Diretora.

1. Se constatar que não haverá quórum para realizar a sessão ou existam outros motivos que impeçam sua realização, o Presidente comunicará a todos os Parlamentares com, pelo menos, 72 horas de antecedência.

**Art. 119.** O Parlamento, incluindo sua Mesa Diretora e Comissões, em circunstâncias excepcionais, poderá realizar sessões e tomar decisões e atos utilizando meios tecnológicos que permitam reuniões à distância. (PCPM, art. 18.3)

**Art. 120.** O Presidente, em consulta à Mesa Diretora e por meio da Secretaria Parlamentar, preparará a Ordem do Dia da sessão, que será distribuída pelos instrumentos mais adequados e eficazes aos Parlamentares pelo menos 7 (sete) dias antes da realização da mesma.

**Art. 121.** Poderão solicitar, até 10 (dez) dias antes da data estabelecida para o início da sessão, a inclusão de temas suplementares na Ordem do Dia:

- a) os Parlamentares, desde que na solicitação constem as assinaturas de pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do Parlamento.
- b) o Conselho do Mercado Comum.

1. As solicitações serão analisadas pela Mesa Diretora, que decidirá em tempo hábil para a informação dos Parlamentares, nos termos do artigo anterior.

**Art. 122.** No início da sessão toda a documentação relacionada com a ordem do dia deve estar disponível.

<sup>6</sup> Artigo com redação dada pela Disposição do Parlamento do Mercosul n° 1 de 7-4-2014.

**Art. 123.** As sessões ordinárias do Parlamento se destinarão a debater e votar os pontos da Ordem do Dia e ao debate parlamentar em geral, e terão o seguinte desenvolvimento:

- a) discussão e votação da ata da sessão anterior;
- b) tomada de compromisso de Parlamentares;
- c) leitura dos assuntos apresentados;
- d) tema livre (hora prévia);
- e) debate proposto (questão política);
- f) discussão e votação da Ordem do Dia.

1. O tema livre terá a duração de 1 (uma) hora e cada Parlamentar poderá utilizar a palavra por até 5 (cinco) minutos, sem interrupções.

2. Por requerimento de qualquer Parlamentar, se aprovará, por maioria simples, um tema a ser debatido por até 1 (uma) hora (debate proposto), com intervenções limitadas a 5 (cinco) minutos por Parlamentar, com exceção do proponente, que disporá de 15 (quinze) minutos.

3. Até o fim do debate proposto, o tema pode ser levado à Mesa Diretora, na forma de proposição, para ser incluído, por aprovação da maioria absoluta, na Ordem do Dia desta mesma sessão.

**Art. 124.** O Parlamento receberá, ao início de cada semestre, a Presidência *pro tempore* do Mercosul, para que apresente o programa de trabalho acordado, com os objetivos e prioridades previstos para o período (PCPM, art. 4.7), e, ao finalizar cada semestre, para que apresente um informe sobre as atividades realizadas durante esse período. (PCPM, art. 4.6)

## Seção 5

### Debates da Ordem do Dia

**Art. 125.** Os Parlamentares que pedirem a palavra serão inscritos na lista de oradores por ordem de solicitação.

**Art. 126.** O Presidente concederá a palavra garantindo, na medida do possível, a participação no debate de oradores de diferentes Estados-Partes, assim como de distintos grupos políticos.

**Art. 127.** Nenhum orador pode, sem autorização do Presidente, fazer uso da palavra duas vezes sobre o mesmo item da Ordem do Dia.

1. Se, a juízo do Presidente, um Parlamentar for pessoalmente aludido de forma crítica ou se lhe houver sido atribuída opinião ou ação, ele poderá utilizar a palavra mais de uma vez, por um tempo máximo de 3 (três) minutos em cada caso, com o objetivo de contestar a referida alusão.

2. O Relator ou Relatores das comissões encarregadas da apreciação do tema que figure na Ordem do Dia terão direito a usar a palavra com prioridade e poderão fazê-lo mais de uma vez.

**Art. 128.** O Presidente concederá o uso da palavra aos oradores na ordem em que hajam solicitado, e eles falarão de sua bancada, por um tempo máximo de 10 (dez) minutos.

1. Finalizado esse período, se advertirá o orador que o tempo expirou para que conclua sua intervenção em um tempo máximo de 3 (três) minutos.

2. Vencido dito tempo, será retirado o uso da palavra.

3. O Presidente poderá advertir um orador caso seu discurso se afaste do tema em discussão.

4. Nenhum Parlamentar nem pessoa com direito a voz poderá usar a palavra sem prévia autorização do Presidente.

**Art. 129.** Anunciado o tema, será dada a palavra aos oradores.

1. Será dada a palavra consecutivamente, com prioridade, aos Relatores, da Maioria e da ou das Minorias, por um tempo de 15 (quinze) minutos para o primeiro e 10 (dez) minutos para os segundos, podendo estes tempos serem prorrogados.

2. O tempo de duração das intervenções de cada orador seguinte aos relatores sobre um mesmo tema será de 5 (cinco) minutos.

3. O Presidente chamará imediatamente à ordem o orador que se exceda no tempo estipulado.

**Art. 130.** Dá-se por encerrada a discussão de um tema da ordem do dia:

- a) por ausência de oradores ou esgotamento da lista;
- b) por decisão de maioria simples do Plenário, a pedido de qualquer Parlamentar, quando hajam falado pelo menos dois Parlamentares a favor e dois contra o requerimento de encerramento de discussão posto em consideração.

**Art. 131.** A discussão poderá ser postergada:

- a) por decisão de maioria simples do Plenário, por solicitação de qualquer Parlamentar;
- b) por solicitação do Relator de Maioria da Comissão.

**Art. 132.** O autor da proposta em discussão poderá solicitar o retorno desta à Comissão, devendo a solicitação ser aprovada por maioria simples.

**Art. 133.** Durante a discussão de qualquer assunto, qualquer Parlamentar poderá solicitar a suspensão ou a finalização da sessão.

1. A solicitação será votada de imediato e exigirá a maioria absoluta para aprovação, depois do debate de pelo menos dois Parlamentares a favor e dois contra, por 5 (cinco) minutos cada.

## Seção 6 Quórum

<sup>7</sup>**Art. 134.** O quórum para o início da sessão do Parlamento é de um terço de seus membros, desde que estejam representados todos os Estados-Partes. Em caso de ausência de uma Delegação por impedimentos de força maior previamente comunicado à Presidência, poder-se-á realizar a sessão e os atos aprovados pelo Parlamento serão considerados como tal em um prazo de quinze (15) dias corridos posteriores a reunião que os aprovou a Delegação ausente, pela sua Presidência, não manifestar nenhuma objeção.

1. Em circunstâncias excepcionais, ante a ausência de uma delegação por motivo de força maior, devidamente justificadas, esta poderá dar quórum, participar de sessão e participar das decisões através de meios tecnológicos adequados, com exceção das decisões que requeiram maioria absoluta, especial ou qualificada.

2. Se a sessão for iniciada, a falta de quórum subsequente não impedirá a continuação do debate do tema em discussão, não podendo se votar nenhum assunto, nem restabelecer o quórum e nenhum caso.

**Art. 135.** Os órgãos colegiados do Parlamento (o Plenário, as Comissões e a Mesa Diretora) adotarão suas decisões por maioria simples, absoluta, especial ou qualificada. (PCPM, art. 15)

---

<sup>7</sup> Artigo com redação dada pela Disposição do Parlamento do Mercosul nº 1 de 7-4-2014.

1. Para a maioria simples se requererá o voto de mais da metade dos Parlamentares presentes.
2. Para a maioria absoluta se requererá o voto de mais da metade do total dos membros do Parlamento.
3. Para a maioria especial se requererá o voto de dois terços do total dos membros do Parlamento, que incluam, por sua vez, Parlamentares de todos os Estados-Partes.
4. Para a maioria qualificada se requererá o voto afirmativo da maioria absoluta da representação parlamentar de cada Estado-Parte.

**Art. 136.** Serão utilizadas para as decisões do Plenário as seguintes maiorias:

- a) reforma do Regimento: maioria qualificada;
- b) pareceres, projetos de norma, anteprojetos de norma: maioria especial;
- c) informe sobre direitos humanos (PCPM, art., 4, inciso 3): maioria absoluta;
- d) disposições: maioria absoluta;
- e) declarações e recomendações: maioria simples.

## Seção 7

### Interpretação e Cumprimento do Regimento

**Art. 137.** Durante a discussão de um assunto, qualquer Parlamentar poderá apresentar uma questão de ordem sobre a interpretação ou aplicação deste Regimento.

1. O Presidente decidirá de imediato se tal questão é procedente.
2. Da decisão presidencial poderá ser interposto pedido de reconsideração ao Plenário, que decidirá por maioria simples.

## Seção 8

### Requerimentos

#### Subseção 1

#### Requerimentos de Ordem

**Art. 138.** Toda proposição feita de viva voz por um Parlamentar, de seu assento, é um requerimento.



**8Art. 139.** São requerimentos de ordem os que se enumeram na sequência, e que requeiram as seguintes maiorias para a sua aprovação:

- a) modificação da Ordem do Dia da Sessão (maioria absoluta);
- b) retirada de um tema da Ordem do Dia (maioria absoluta) sem prejuízo do estabelecido no inciso 3;
- c) transferência de tema da Ordem do Dia para outra sessão (maioria absoluta);
- d) estabelecimento de prioridade de um tema para a próxima sessão (maioria absoluta);
- e) encerramento do debate sobre o tema em discussão (maioria simples);
- f) encerramento da lista de oradores (maioria simples);
- g) solicitação de destaque ou tratamento em separado (maioria simples);
- h) postergação do debate sobre o tema em discussão por tempo determinado ou indeterminado (maioria simples);
- i) reconsideração de interpretação do Regimento (maioria absoluta);
- j) mudança para sessão reservada (maioria absoluta) (PCPM, art. 17.2);
- k) passagem para a Ordem do Dia (maioria simples);
- l) suspensão da sessão por até 60 (sessenta) minutos (maioria simples);
- m) levantamento da sessão (maioria absoluta);
- n) proposição de tema para debate proposto (maioria simples);
- o) volta do assunto para Comissão (maioria absoluta se o requerimento for apresentado pelo autor ou autores da proposta, bastará maioria simples);
- p) constituição do Plenário em Comissão Geral (maioria absoluta);
- q) colocação de uma questão de prerrogativas;
- r) leitura de um documento (maioria simples); e
- s) omissão de leitura de um documento por escrito (maioria simples).

1. Uma vez apresentado um requerimento de colocação de questão de prerrogativas por um Parlamentar, este contará com um prazo máximo de dez minutos e se despachará o assunto à Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais, salvo se o Plenário por maioria especial decida por seu tratamento preferencial.

2. O Plenário, constituído em Comissão-Geral, não poderá tratar de temas relativos ao orçamento ou ao Regimento.

3. A totalidade dos Parlamentares de um Estado-Parte, presentes em uma sessão ordinária, poderá retirar assuntos da Ordem do Dia por este proposto por motivos de interesse nacional mediante comunicação escrita à Presidência.

**Art. 140.** Apresentado um requerimento de ordem ao Presidente, este deverá submetê-lo, imediatamente, ao Plenário, que decidirá.

1. Os requerimentos, com a exceção estabelecida na letra *p* e no número 1 do artigo anterior, serão votados depois de falarem a favor e contra por no máximo 3 (três) minutos.

**Art. 141.** Os requerimentos de ordem podem ser repetidos no curso da sessão, sem que isso implique constituir requerimento de reconsideração.

### Subseção 2 Requerimentos de Preferência

**Art. 142.** É requerimento de preferência toda proposição que tenha por objeto a consideração imediata, com prioridade sobre todos os demais assuntos, com ou sem informe de Comissão.

**Art. 143.** Nenhum requerimento de preferência pode ser considerado sem prévia leitura dos assuntos apresentados, nem ser reiterado na mesma sessão.

1. Os requerimentos de preferência serão considerados na ordem em que forem propostos e exigirão maioria especial para sua aprovação.

**Art. 144.** Nenhum assunto que por sua natureza requeira informe das Comissões de Orçamento e Assuntos Internos poderá ser objeto de requerimento de preferência.

### Subseção 3 Requerimentos de Reconsideração

**Art. 145.** É requerimento de reconsideração toda proposição que tenha por objeto rever a votação de um ponto dentro do tratamento de uma matéria cuja apreciação não haja sido concluída.

1. Exigirão para sua aprovação maioria absoluta e não poderão ser reiterados em nenhuma hipótese.

2. Os requerimentos de reconsideração serão apreciados imediatamente após serem formulados.

**Art. 146.** Os requerimentos de preferência e de reconsideração serão votados logo depois que falem a favor e contra por no máximo 3 (três) minutos.

**Art. 147.** Os requerimentos feitos durante a apreciação por artigo de um projeto, e que implicarem modificação, supressão ou substituição de um artigo, deverão ser formulados por escrito.

1. Lidos pelo secretário parlamentar e fundamentados pelo proponente, serão submetidos ao trâmite previsto para a discussão dos projetos.

**Art. 148.** Todos os demais requerimentos serão votados na ordem em que forem apresentados e serão aprovados por maioria simples.

## Seção 9 Votações

**Art. 149.** Cabe ao Presidente declarar o início e o encerramento de cada votação.

1. Depois que o Presidente haja declarado encerrada uma votação, se poderá invocar o Regimento, com remissão específica ao artigo infringido, quanto à validade da votação.

2. Uma vez proclamado o resultado da votação não nominal, qualquer Parlamentar poderá pedir a respectiva verificação por meio de votação nominal, desde que tenha o apoio de 1/3 (um terço) dos membros do Parlamento.

**Art. 150.** O resultado da votação poderá ser reconsiderado imediatamente por petição de qualquer Parlamentar.

1. O pedido deverá ser aprovado por maioria absoluta.

**Art. 151.** Os votos devem ser pela afirmativa ou pela negativa, tendo o Parlamentar o direito de abster-se.

**Art. 152.** As modalidades de votação são as seguintes:

- a) votação nominal ou registrada; e
- b) votação não nominal ou por sinais.

**Art. 153.** A votação nominal se realizará tomando-se a lista dos Parlamentares por ordem alfabética, salvo naqueles casos de maioria qualificada em que se tomará por Estado-Parte e ordem alfabética.

1. O resultado de cada votação nominal será consignado em ata, na qual constará o nome dos votantes e o voto emitido.

**Art. 154.** Os Parlamentares poderão fazer, após a votação, uma intervenção de no máximo 3 (três) minutos para justificar seu voto.

**Art. 155.** O Plenário, por maioria simples, por solicitação de um grupo político ou de pelo menos 10 (dez) Parlamentares, poderá autorizar a votação em separado de partes ou artigos de uma proposição ou modificação.

1. A solicitação será feita por meio de um requerimento de ordem.

2. Aprovada a solicitação, primeiramente se votará o assunto em globo e, em seguida, as partes ou artigos em separado.

**Art. 156.** Em caso de duas ou mais modificações, a critério do Presidente, se votará primeiro a que considere mais afastada do conteúdo da proposta original, e assim sucessivamente, até que se esgotem todas as emendas.

1. Quando a aprovação de uma emenda implique necessariamente a rejeição de outra, esta última não será posta em apreciação.

## CAPÍTULO 10 ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

### Seção 1

#### Comunicação e Divulgação dos Trabalhos do Parlamento

**Art. 157.** O Parlamento assegurará a mais completa transparência de suas atividades. (PCPM, art. 3.2)

**Art. 158.** Todos os atos, o orçamento e sua execução estarão disponíveis para consulta a todo o momento por qualquer pessoa, por meios eletrônicos.

**Art. 159.** Todos os documentos do Parlamento serão redigidos nos idiomas oficiais do Mercosul estabelecidos nos artigos 17 e 46 do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto, respectivamente, elaborados por serviço de tradução sob responsabilidade da Mesa Diretora.

**Art. 160.** O órgão oficial do Parlamento do Mercosul será editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora e publicará todos os atos, propostas e registros de sessões e reuniões.

**Art. 161.** Todos os Parlamentares terão o direito de falar no idioma oficial de sua preferência.

1. Os discursos proferidos terão tradução simultânea para o outro idioma oficial ou para qualquer outro idioma que o Presidente considere necessário.

## CAPÍTULO 11 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 162.** Durante a Primeira Etapa de Transição, no caso de Parlamentares que sejam designados, as credenciais devem ser confeccionadas pela Presidência dos respectivos Congressos Nacionais, as quais se constituirão no documento válido para que os Parlamentares possam tomar posse no Parlamento.

**Art. 163.** Durante a Primeira Etapa de Transição, o Presidente do Parlamento tomará o compromisso dos suplentes dos Parlamentares, requisito sem o qual não poderão substituir os titulares em reuniões de comissões, quando não seja realizada sessão plenária antes da reunião da Comissão.

**Art. 164.** Durante a Primeira Etapa de Transição, no início das sessões, a Secretaria Parlamentar tomará as presenças dos Parlamentares que forem comunicadas pelas delegações.

**Art. 165.** Durante a Primeira Etapa de Transição, o Presidente comunicará aos respectivos Parlamentos Nacionais sobre as ausências dos Parlamentares.

**Art. 166.** Os mandatos comuns poderão ter duração diferenciada no período de transição, de acordo com o disposto na Disposição Transitória Quinta, parágrafo 2, do PCPM.

**Art. 167.** Todos os cargos da Mesa Diretora e designações administrativas do Parlamento do primeiro período parlamentar considerarão como data de início a sessão de instalação do Parlamento, 14 de dezembro de 2006.

**Art. 168.** Enquanto não se estabeleçam as disposições pertinentes sobre a organização administrativa do Parlamento, a Mesa Diretora aprovará, após informe favorável da Comissão de Orçamento e Assuntos Internos, o que for necessário para o funcionamento do Parlamento.

**Art. 169.** Durante o Primeiro Período de Transição, os cargos de Presidente e Vice-Presidente farão rodízio a cada 1 (um) ano entre os integrantes da Mesa Diretora.

**Art. 170.** Durante a Primeira Etapa de Transição, o número de membros das comissões permanentes será estabelecido por ato da Mesa Diretora, sendo que todos os Estados-Partes devem estar representados igualmente.

**Art. 171.** Durante a Primeira Etapa de Transição, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes poderá assessorar-se e analisar os temas da área de cultura com o Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum).

**Art. 172.** Durante a Primeira Etapa de Transição, os Pareceres (PCPM, art. 4.12) serão aprovados por maioria especial. (PCPM, Cláusula Transitória Sexta)

**Art. 173.** Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Montevidéu, 6 de agosto de 2007.

## PROTOCOLO CONSTITUTIVO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante Estados-Partes;

Tendo em vista o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991 e o Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994 que estabeleceram a Comissão Parlamentar Conjunta e a Decisão CMC nº 49/2004, “Parlamento do Mercosul”,

Recordando o Acordo Interinstitucional entre o Conselho do Mercado Comum e a Comissão Parlamentar Conjunta, assinado em 6 de outubro de 2003,

Considerando sua firme vontade política de fortalecer e de aprofundar o processo de integração do Mercosul, contemplando os interesses de todos os Estados-Partes e contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento simultâneo da integração do espaço sul-americano,

Convencidos de que o alcance dos objetivos comuns que foram definidos pelos Estados-Partes requer um âmbito institucional equilibrado e eficaz, que permita criar normas que sejam efetivas e que garantam um ambiente de segurança jurídica e de previsibilidade no desenvolvimento do processo de integração, a fim de promover a transformação produtiva, a equidade social, o desenvolvimento científico e tecnológico, os investimentos e a criação de emprego, em todos os Estados-Partes em benefício de seus cidadãos,

Conscientes de que a instalação do Parlamento do Mercosul, com uma adequada representação dos interesses dos cidadãos dos Estados-Partes, significará uma contribuição à qualidade e equilíbrio institucional do Mercosul, criando um espaço comum que reflita o pluralismo e as diversidades da região, e que contribua para a democracia, a participação, a representatividade, a transparência e a legitimidade social no desenvolvimento do processo de integração e de suas normas,

Atentos à importância de fortalecer o âmbito institucional de cooperação interparlamentar, para avançar nos objetivos previstos de harmonização das legislações nacionais nas áreas pertinentes e agilizar a incorporação

aos respectivos ordenamentos jurídicos internos da normativa do Mercosul, que requeira aprovação legislativa,

Reconhecendo a valiosa experiência acumulada pela Comissão Parlamentar Conjunta desde sua criação,

Reafirmando os princípios e objetivos do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, de 24 de julho de 1998 e a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul, de 25 de junho de 1996, acordam:

### ARTIGO 1º CONSTITUIÇÃO

Constituir o Parlamento do Mercosul, doravante o Parlamento, como órgão de representação de seus povos, independente e autônomo, que integrará a estrutura institucional do Mercosul.

O Parlamento substituirá a Comissão Parlamentar Conjunta.

O Parlamento estará integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, conforme a legislação interna de cada Estado-Parte e as disposições do presente Protocolo.

O Parlamento será um órgão unicameral e seus princípios, competências e integração se regem de acordo com o disposto neste Protocolo.

A efetiva instalação do Parlamento realizar-se-á até 31 de dezembro de 2006.

A constituição do Parlamento realizar-se-á através das etapas previstas nas Disposições Transitórias do presente Protocolo.

### ARTIGO 2º PROPÓSITOS

São propósitos do Parlamento:

1. representar os povos do Mercosul, respeitando sua pluralidade ideológica e política;
2. assumir a promoção e defesa permanente da democracia, da liberdade e da paz;



3. promover o desenvolvimento sustentável da região com justiça social e respeito à diversidade cultural de suas populações;
4. garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração;
5. estimular a formação de uma consciência coletiva de valores cidadãos e comunitários para a integração;
6. contribuir para consolidar a integração latino-americana mediante o aprofundamento e ampliação do Mercosul;
7. promover a solidariedade e a cooperação regional e internacional.

### ARTIGO 3º PRINCÍPIOS

São princípios do Parlamento:

1. pluralismo e a tolerância como garantias da diversidade de expressões políticas, sociais e culturais dos povos da região;
2. a transparência da informação e das decisões para criar confiança e facilitar a participação dos cidadãos;
3. a cooperação com os demais órgãos do Mercosul e com os âmbitos regionais de representação cidadã;
4. respeito aos direitos humanos em todas as suas expressões;
5. repúdio a todas as formas de discriminação, especialmente as relativas a gênero, cor, etnia, religião, nacionalidade, idade e condição socioeconômica;
6. a promoção do patrimônio cultural, institucional e de cooperação latino-americana nos processos de integração;
7. a promoção do desenvolvimento sustentável no Mercosul e o trato especial e diferenciado para os países de economias menores e para as regiões com menor grau de desenvolvimento;
8. a equidade e a justiça nos assuntos regionais e internacionais, e a solução pacífica das controvérsias.

## ARTIGO 4º COMPETÊNCIAS

O Parlamento terá as seguintes competências:

1. velar, no âmbito de sua competência, pela observância das normas do Mercosul;
2. velar pela preservação do regime democrático nos Estados-Partes, de acordo com as normas do Mercosul, e em particular com o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, na República da Bolívia e República do Chile;
3. elaborar e publicar anualmente um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos Estados-Partes, levando em conta os princípios e as normas do Mercosul;
4. efetuar pedidos de informações ou opiniões por escrito aos órgãos decisórios e consultivos do Mercosul estabelecidos no Protocolo de Ouro Preto sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração. Os pedidos de informações deverão ser respondidos no prazo máximo de 180 dias;
5. convidar, por intermédio da Presidência *pro tempore* do CMC, representantes dos órgãos do Mercosul, para informar e/ou avaliar o desenvolvimento do processo de integração, intercambiar opiniões e tratar de aspectos relacionados com as atividades em curso ou assuntos em consideração;
6. receber, ao final de cada semestre a Presidência *pro tempore* do Mercosul, para que apresente um relatório sobre as atividades realizadas durante dito período;
7. receber, ao início de cada semestre, a Presidência *pro tempore* do Mercosul, para que apresente o programa de trabalho acordado, com os objetivos e prioridades previstos para o semestre;
8. realizar reuniões semestrais com o Foro Consultivo Econômico Social a fim de intercambiar informações e opiniões sobre o desenvolvimento do Mercosul;
9. organizar reuniões públicas, sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, com entidades da sociedade civil e os setores produtivos;

10. receber, examinar e, se for o caso, encaminhar aos órgãos decisórios petições de qualquer particular, sejam pessoas físicas ou jurídicas, dos Estados-Partes, relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do Mercosul;

11. emitir declarações, recomendações e relatórios sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, por iniciativa própria ou por solicitação de outros órgãos do Mercosul;

12. com o objetivo de acelerar os correspondentes procedimentos internos para a entrada em vigor das normas nos Estados-Partes, o Parlamento elaborará pareceres sobre todos os projetos de normas do Mercosul que requeiram aprovação legislativa em um ou vários Estados-Partes, em um prazo de noventa dias (90) a contar da data da consulta. Tais projetos deverão ser encaminhados ao Parlamento pelo órgão decisório do Mercosul, antes de sua aprovação.

Se o projeto de normas do Mercosul for aprovado pelo órgão decisório, de acordo com os termos do parecer do Parlamento, a norma deverá ser enviada pelo Poder Executivo nacional ao seu respectivo Parlamento, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, contados a partir da sua aprovação.

Nos casos em que a norma aprovada não estiver de acordo com o parecer do Parlamento, ou se este não tiver se manifestado no prazo mencionado no primeiro parágrafo do presente literal, a mesma seguirá o trâmite ordinário de incorporação.

Os Parlamentos nacionais, segundo os procedimentos internos correspondentes, deverão adotar as medidas necessárias para a instrumentalização ou criação de um procedimento preferencial para a consideração das normas do Mercosul que tenham sido adotadas de acordo com os termos do parecer do Parlamento mencionado no parágrafo anterior.

O prazo máximo de duração do procedimento previsto no parágrafo precedente não excederá cento oitenta (180) dias corridos, contados a partir do ingresso da norma no respectivo Parlamento nacional.

Se dentro do prazo desse procedimento preferencial o Parlamento do Estado-Parte não aprovar a norma, esta deverá ser reenviada ao Poder Executivo para que a encaminhe à reconsideração do órgão correspondente do Mercosul;

13. propor projetos de normas do Mercosul para consideração pelo Conselho do Mercado Comum, que deverá informar semestralmente sobre seu tratamento;
14. elaborar estudos e anteprojetos de normas nacionais, orientados à harmonização das legislações nacionais dos Estados-Partes, os quais serão comunicados aos Parlamentos nacionais com vistas a sua eventual consideração;
15. desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os Parlamentos nacionais, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos do Mercosul, em particular aqueles relacionados com a atividade legislativa;
16. manter relações institucionais com os Parlamentos de terceiros Estados e outras instituições legislativas;
17. celebrar, no âmbito de suas atribuições, com o assessoramento do órgão competente do Mercosul, convênios de cooperação ou de assistência técnica com organismos públicos e privados, de caráter nacional ou internacional;
18. fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no Mercosul;
19. receber dentro do primeiro semestre de cada ano um relatório sobre a execução do orçamento da Secretaria do Mercosul do ano anterior;
20. elaborar e aprovar seu orçamento e informar sobre sua execução ao Conselho do Mercado Comum no primeiro semestre do ano, posterior ao exercício;
21. aprovar e modificar seu Regimento Interno;
22. realizar todas as ações pertinentes ao exercício de suas competências.

#### ARTIGO 5º INTEGRAÇÃO

1. O Parlamento integrar-se-á de acordo com o critério de representação cidadã.
2. Os integrantes do Parlamento, doravante denominados Parlamentares, terão a qualidade de Parlamentares do Mercosul.

## ARTIGO 6º ELEIÇÃO

1. Os Parlamentares serão eleitos pelos cidadãos dos respectivos Estados-Partes, por meio de sufrágio direto, universal e secreto.
2. O mecanismo de eleição dos Parlamentares e seus suplentes reger-se-á pelo previsto na legislação de cada Estado-Parte, e que procurará assegurar uma adequada representação por gênero, etnias e regiões conforme as realidades de cada Estado.
3. Os Parlamentares serão eleitos conjuntamente com seus suplentes, que os substituirão, de acordo com a legislação eleitoral do Estado-Parte respectivo, nos casos de ausência definitiva ou transitória. Os suplentes serão eleitos na mesma data e forma que os Parlamentares titulares, para idênticos períodos.
4. Por proposta do Parlamento, o Conselho do Mercado Comum estabelecerá o Dia do Mercosul Cidadão, para a eleição dos parlamentares, de forma simultânea em todos os Estados-Partes, por meio de sufrágio direto, universal e secreto dos cidadãos.

## ARTIGO 7º PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS ASSOCIADOS

O Parlamento poderá convidar os Estados Associados do Mercosul a participar de suas sessões públicas, através de membros de seus Parlamentos nacionais, os que participarão com direito a voz e sem direito a voto.

## ARTIGO 8º INCORPORAÇÃO DE NOVOS MEMBROS

1. O Parlamento nos termos do artigo 4, literal 12, expedir-se-á sobre a adesão de novos Estados-Partes ao Mercosul.
2. O instrumento jurídico que formalize a adesão determinará as condições da incorporação dos Parlamentares do Estado aderente ao Parlamento.

## ARTIGO 9º INDEPENDÊNCIA

Os membros do Parlamento não estarão sujeitos a mandato imperativo e atuarão com independência no exercício de suas funções.

## ARTIGO 10 MANDATO

Os Parlamentares terão um mandato comum de quatro (4) anos, contados a partir da data de assunção no cargo, e poderão ser reeleitos.

## ARTIGO 11 REQUISITOS E INCOMPATIBILIDADES

1. Os candidatos a Parlamentares deverão cumprir com os requisitos exigidos para ser deputado nacional, pelo direito do respectivo Estado-Parte.
2. O exercício do cargo de Parlamentar é incompatível com o desempenho de mandato ou cargo legislativo ou executivo nos Estados Partes, assim como com o desempenho de cargos nos demais órgãos do Mercosul.
3. Serão aplicadas, além disso, as demais incompatibilidades para ser legislador, estabelecidas na legislação nacional do Estado-Parte correspondente.

## ARTIGO 12 PRERROGATIVAS E IMUNIDADES

1. O regime de prerrogativas e imunidades reger-se-á pelo estabelecido no Acordo Sede mencionado no artigo 21.
2. Os Parlamentares não poderão ser processados civil ou penalmente, em nenhum momento, pelas opiniões e votos emitidos no exercício de suas funções durante ou depois de seu mandato.
3. Os deslocamentos dos membros do Parlamento, para comparecer ao local de reunião e depois de regressar, não serão limitados por restrições legais nem administrativas.

### ARTIGO 13 OPINIÕES CONSULTIVAS

O Parlamento poderá solicitar opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão.

### ARTIGO 14 APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

O Parlamento aprovará e modificará seu Regulamento Interno por maioria qualificada.

### ARTIGO 15 SISTEMA DE ADOÇÃO DE DECISÕES

1. O Parlamento adotará suas decisões e atos por maioria simples, absoluta, especial ou qualificada.
2. Para a maioria simples requerer-se-á o voto de mais da metade dos Parlamentares presentes.
3. Para a maioria absoluta requerer-se-á o voto de mais da metade do total dos membros do Parlamento.
4. Para a maioria especial requerer-se-á o voto de dois terços do total dos membros do Parlamento, que inclua também Parlamentares de todos os Estados-Partes.
5. Para a maioria qualificada requerer-se-á o voto afirmativo da maioria absoluta de integrantes da representação parlamentar de cada Estado-Parte.
6. O Parlamento estabelecerá no seu Regimento Interno as maiorias requeridas para a aprovação dos distintos assuntos.

### ARTIGO 16 ORGANIZAÇÃO

1. O Parlamento contará com uma Mesa Diretora, que se encarregará da condução dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos.

Será composta por um Presidente, e um Vice-Presidente de cada um dos demais Estados-Partes, de acordo com o estabelecido pelo Regimento Interno.

- Será assistida por um secretário parlamentar e um secretário administrativo.
2. O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, podendo seus membros ser reeleitos por uma só vez.
  3. No caso de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído por um dos Vice-Presidentes, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno.
  4. O Parlamento contará com uma Secretaria Parlamentar e uma Secretaria Administrativa, que funcionarão em caráter permanente na sede do Parlamento.
  5. O Parlamento constituirá comissões, permanentes e temporárias, que contemplem a representação dos Estados-Partes, cuja organização e funcionamento serão estabelecidos no Regimento Interno.
  6. O pessoal técnico e administrativo do Parlamento será integrado por cidadãos dos Estados-Partes. Será designado por concurso público internacional e terá estatuto próprio, com um regime jurídico equivalente ao do pessoal da Secretaria do Mercosul.
  7. Os conflitos em matéria laboral que surjam entre o Parlamento e seus funcionários serão resolvidos pelo Tribunal Administrativo Trabalhista do Mercosul.

## ARTIGO 17 REUNIÕES

1. O Parlamento reunir-se-á em sessão ordinária ao menos uma vez por mês. A pedido do Conselho do Mercado Comum ou por requerimento de Parlamentares, poderá ser convocado para sessões extraordinárias de acordo com o estabelecido no Regimento Interno.
2. Todas as reuniões do Parlamento e de suas Comissões serão públicas, salvo aquelas que sejam declaradas de caráter reservado.



## ARTIGO 18 DELIBERAÇÕES

1. As reuniões do Parlamento e de suas Comissões poderão iniciar-se com a presença de pelo menos um terço de seus membros, sendo que todos os Estados-Partes devem estar representados.
2. Cada Parlamentar terá direito a um voto.
3. O Regimento Interno estabelecerá a possibilidade de que o Parlamento, em circunstâncias excepcionais, possa realizar sessão e adotar suas decisões e atos através de meios tecnológicos que permitam reuniões a distância.

## ARTIGO 19 ATOS DO PARLAMENTO

São atos do Parlamento:

1. pareceres;
2. projetos de normas;
3. anteprojetos de normas;
4. declarações;
5. recomendações;
6. relatórios; e
7. disposições.

## ARTIGO 20 ORÇAMENTO

1. O Parlamento elaborará e aprovará seu orçamento, que será financiado por contribuições dos Estados-Partes, em função do Produto Bruto Interno e do orçamento nacional de cada Estado-Parte.
2. Os critérios de contribuição mencionados no inciso anterior serão estabelecidos por Decisão do Conselho do Mercado Comum, considerando proposta do Parlamento.

## ARTIGO 21

### SEDE

1. A sede do Parlamento será a cidade de Montevideú, República Oriental do Uruguai.
2. O Mercosul celebrará com a República Oriental do Uruguai um acordo-sede que definirá as normas relativas aos privilégios, às imunidades e às isenções do Parlamento, dos parlamentares e demais funcionários, de acordo com as normas de direito internacional vigentes.

## ARTIGO 22

### ADESÃO E DENÚNCIA

1. Em matéria de adesão ou denúncia, rege-se-ão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas no Tratado de Assunção.
2. A adesão ou denúncia ao Tratado de Assunção significa, *ipso jure*, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo. A denúncia ao presente Protocolo significa *ipso jure* a denúncia ao Tratado de Assunção.

## ARTIGO 23

### VIGÊNCIA E DEPÓSITO

1. O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, entrará em vigor no trigésimo dia contado a partir da data em que o quarto Estado-Parte tenha depositado seu instrumento de ratificação.
2. A República do Paraguai será depositária do presente Protocolo e dos instrumentos de ratificação e notificará aos demais Estados-Partes a data dos depósitos desses instrumentos, enviando cópia devidamente autenticada deste Protocolo aos demais Estados-Partes.

## ARTIGO 24

### CLÁUSULA REVOGATÓRIA

Ficam revogadas todas as disposições de caráter institucional do Protocolo de Ouro Preto relacionadas com a Constituição e funcionamento do Parlamento que resultem incompatíveis com os termos do presente Protocolo, com expressa exceção do sistema de tomada de decisão dos demais órgãos do Mercosul estabelecido no art. 37 do Protocolo de Ouro Preto.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

### **Primeira Etapas**

Para os fins do previsto no artigo 1º do presente protocolo, entender-se-á por:

- “primeira etapa da transição”: o período compreendido entre 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2010;
- “segunda etapa da transição”: o período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2014.

### **Segunda Integração**

Na primeira etapa da transição, o Parlamento será integrado por dezoito (18) Parlamentares por cada Estado-Parte.

O previsto no artigo 5, inciso 1, relativo à integração do Parlamento de acordo o critério de representação cidadã aplicável a partir da segunda etapa da transição, será estabelecido por decisão do Conselho do Mercado Comum, por proposta do Parlamento adotada por maioria qualificada. Tal decisão deverá ser aprovada até 31 de dezembro de 2007.

### **Terceira Eleição**

Para a primeira etapa da transição, os Parlamentos nacionais estabelecerão as modalidades de designação de seus respectivos parlamentares, entre os legisladores dos Parlamentos nacionais de cada Estado-Parte, designando os titulares e igual número de suplentes.

Para fins de realizar a eleição direta dos Parlamentares, mencionada no artigo 6, inciso 1, os Estados-Partes, antes da conclusão da primeira etapa da transição, deverão efetuar eleições por sufrágio direto, universal e secreto de Parlamentares, cuja realização dar-se-á de acordo com a agenda eleitoral nacional de cada Estado-Parte.

A primeira eleição prevista no artigo 6, inciso 4, realizar-se-á durante o ano 2014.

A partir da segunda etapa da transição, todos os Parlamentares deverão ter sido eleitos de acordo com o artigo 6, inciso 1.

#### **Quarta Dia do Mercosul Cidadão**

O Dia do Mercosul Cidadão, previsto no artigo 6, inciso 4, será estabelecido pelo Conselho do Mercado Comum, por proposta do Parlamento, antes do final do ano 2012.

#### **Quinta Mandato e Incompatibilidades**

Na primeira etapa da transição, os Parlamentares designados de forma indireta, cessarão em suas funções: por caducidade ou perda de seu mandato nacional; ao assumir seus sucessores eleitos diretamente ou, no mais tardar, até finalizar essa primeira etapa.

Todos os Parlamentares em exercício de funções no Parlamento durante a segunda etapa da transição deverão ser eleitos diretamente antes do início da mesma, podendo seus mandatos ter uma duração diferente da estabelecida no artigo 10, por uma única vez.

O previsto no artigo 11, incisos 2 e 3, é aplicável a partir da segunda etapa da transição.

#### **Sexta Sistema de Adoção de Decisões**

Durante a primeira etapa da transição, as decisões do Parlamento, nos casos mencionados no artigo 4, inciso 12, serão adotadas por maioria especial.

## Sétima Orçamento

Durante a primeira etapa de transição, o orçamento do Parlamento será financiado pelos Estados-Partes mediante contribuições iguais.

Feito na cidade de Montevidéu, aos nove dias do mês de dezembro do ano dos mil e cinco, em um original nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo governo da República Argentina  
Néstor Kirchner – Jorge Taiana

Pelo governo da República Federativa do Brasil  
Luiz Inácio Lula da Silva – Celso Luiz Nunes Amorim

Pelo governo da República do Paraguai  
Nicanor Duarte Frutos – Leila Rachid

Pelo governo da República Oriental do Uruguai  
Tabaré Vázquez – Reinaldo Gargano

# RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1 DE 2011<sup>10</sup>

Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.

O Congresso Nacional resolve:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Esta resolução dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, adicional ao Tratado de Assunção, e com a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 11, de 2014<sup>11</sup>, e sobre a tramitação das matérias de interesse do Mercosul no Congresso Nacional.

**Art. 2º** É criada a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

**Art. 3º** Compete à Representação Brasileira, entre outras atribuições:

I – apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do artigo 4, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

II – emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, retratando a evolução do processo de integração do Mercosul;

III – examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlamento do Mercosul, nos termos do artigo 4, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

10 Publicada no *Diário Oficial da União*, Seção 1, de 7-6-2011, e consolidada com as alterações expressas pela Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2015.

11 Referência atualizada nos termos do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2015.

- IV – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI – participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul;
- VII – receber e encaminhar ao Parlamento do Mercosul a correspondência que lhe for dirigida;
- VIII – apreciar e emitir parecer a todas as matérias sobre a organização da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul que sejam submetidas ao Congresso Nacional.

**Art. 4º** No exame das matérias emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, a Representação Brasileira apreciará, em caráter preliminar, se a norma do Mercosul foi adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, caso em que esta obedecerá a procedimento preferencial, nos termos do artigo 4, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

§ 1º As normas sujeitas a procedimento preferencial serão apreciadas apenas pela Representação Brasileira e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º Nessa hipótese, compete à Representação Brasileira opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária, bem como manifestar-se quanto ao mérito da matéria.

§ 3º Caso julgue necessário, ante a complexidade e especificidade da matéria em exame, a Representação Brasileira poderá solicitar o pronunciamento de outras comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta.

§ 4º Concluída a apreciação da matéria pela Representação Brasileira, o parecer e o respectivo projeto de decreto legislativo serão devolvidos à Mesa da Câmara dos Deputados para numeração e inclusão na Ordem do Dia daquela Casa.

§ 5º A apreciação da matéria no plenário de cada uma das Casas obedecerá às respectivas disposições regimentais.

**Art. 5º** Em se tratando de normas que não estejam sujeitas ao procedimento preferencial de que trata o art. 4º desta resolução, conforme o exame preliminar feito pela Representação Brasileira, observar-se-á o seguinte procedimento: I – a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo;

- II – a Representação Brasileira devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que, após numerá-la, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- III – concluída sua apreciação pelas comissões permanentes, a matéria irá à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia;
- IV – após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das comissões permanentes e do Plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno.

### CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

**Art. 6º** A Representação Brasileira compõe-se de 37 (trinta e sete) membros titulares, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, mantida a mesma divisão numérica entre as Casas, designados por ato assinado pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos da Decisão nº 11, de 2014<sup>12</sup>, do Conselho do Mercado Comum, aprovada em complementação ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

**Art. 7º** A Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Representação Brasileira, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

*Parágrafo único.* A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo será fixada de acordo com o resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral.

<sup>13</sup>**Art. 8º** Estabelecidas as representações previstas no art. 7º desta resolução, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no prazo de dez dias, os nomes que integrarão a Representação Brasileira para mandato na 55ª Legislatura.

§ 1º A partir da 56ª Legislatura, a designação dos membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul será efetivada no prazo máximo de dez dias após a eleição das Mesas da maioria das comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional.

12 Referência atualizada nos termos do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2015.

13 Artigo com redação dada pela Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2015.



§ 2º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fará as respectivas designações.

<sup>14</sup>**Art. 9º** Em caso de falecimento, renúncia, afastamento, impedimento ou término do mandato, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul.

§ 1º Em caso de perda de mandato no Parlamento do Mercosul, nos termos das normas regimentais do Parlamento, o Deputado ou Senador perde sua vaga na Representação Brasileira.

§ 2º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões do Parlamento do Mercosul, o membro da Representação Brasileira será substituído, preferencialmente, pelos suplentes da mesma Casa.

<sup>15</sup>**Art. 10.** O mandato dos membros designados para a Representação Brasileira terminará com a posse dos parlamentares eleitos diretamente, nos termos do artigo 6º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

*Parágrafo único.* Não sendo realizadas as eleições previstas no *caput*, as lideranças dos partidos indicarão, dentre os membros de suas bancadas no Congresso Nacional, os parlamentares que comporão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul até o prazo previsto na normativa comum.

#### CAPÍTULO IV DOS TRABALHOS

**Art. 11.** A Representação Brasileira observará, no que couber, as disposições do Regimento Comum relativas ao funcionamento das comissões mistas do Congresso Nacional, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e de 2 (dois) Vice-Presidentes.

*Parágrafo único.* O Presidente e os Vice-Presidentes serão eleitos na primeira e na terceira sessão legislativa, alternando-se a presidência entre Deputados e Senadores, sendo sempre Vice-Presidentes um Senador e um Deputado.

**Art. 12.** As reuniões da Representação Brasileira serão públicas, e a discussão e votação das matérias que lhe forem submetidas serão abertas, salvo deliberação em contrário da maioria dos presentes, a requerimento de qualquer de seus membros.

14 *Caput* com a redação dada pela Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2015.

15 Artigo com redação dada pela Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2015.

**Art. 13.** Cabe à Representação Brasileira criar, no âmbito das respectivas competências, turmas permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes, aprovada pela maioria dos membros presentes.

**Art. 14.** A Representação Brasileira participará das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul realizadas na sede, em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 1º É autorizada a participação dos membros da Representação Brasileira em sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul, quando convocadas para outras localidades fora da sede, em Montevidéu, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 2º O registro da presença dos membros da Representação Brasileira nas sessões, reuniões e demais atividades no Parlamento do Mercosul terá efeito equivalente ao comparecimento às sessões deliberativas da respectiva Casa e do Congresso Nacional.

§ 3º A Secretaria da Representação Brasileira comunicará previamente às respectivas Mesas a realização de sessão, reunião ou outra atividade do Parlamento do Mercosul, bem como a frequência dos parlamentares, para os fins de registro a que se refere o § 2º.

§ 4º Cada Casa do Congresso Nacional fixará as despesas com deslocamento e diárias para manutenção e hospedagem dos parlamentares que participem das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul e do corpo técnico necessário aos trabalhos do Parlamento do Mercosul.

**Art. 15.** Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

<sup>16</sup>**Art. 16.** A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo dia após sua designação.

**Art. 17.** Revoga-se a Resolução nº 1, de 2007–CN.

**Art. 18.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 6 de junho de 2011.

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

**ESPAÑHOL/ESPAÑOL**

## DISPOSICION DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR Nº 6, DEL 6 DE AGOSTO DE 2007<sup>17</sup>

Reglamento Interno del Parlamento del  
Mercosur.

Visto:

Que el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur en el artículo 14 establece que el Parlamento aprobará su Reglamento Interno;

Que a tales efectos fue creada en la II Sesión Ordinaria, la Comisión de Reglamento Interno con el mandato de elaborar un texto a presentar para la consideración del Plenario.

Considerando:

El proyecto de reglamento interno elevado al Plenario por la Comisión de Reglamento con fecha 6 de agosto de 2007.

El Parlamento del Mercosur dispone:

Artículo 1. Aprobar el texto del Reglamento Interno que se incluye como Anexo I de la presente disposición y forma parte integrante de la misma.

Montevideo, 6 de agosto de 2007.

ROBERTO CONDE  
Presidente  
EDGAR LUGO  
Secretario Parlamentario

17 Publicada el 25-8-2007 en la ciudad de Montevideo, Uruguay.

# REGLAMENTO INTERNO DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR<sup>18</sup>

## CAPÍTULO 1 DISPOSICIONES PRELIMINARES

### Sección 1 Alcance y Obligaciones

**Art. 1.** El Parlamento del Mercosur se regirá por el presente Reglamento y el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur (PCPM), en que este se funda.

**Art. 2.** Las disposiciones del presente Reglamento obligan a los Parlamentarios y Parlamentarias del Mercosur y a todas aquellas personas que intervengan en el funcionamiento interno del Parlamento; y quien faltare a su cumplimiento será observado por éste y será pasible de las sanciones que se determinen a tal efecto.

### Sección 2 Sede

**Art. 3.** La sede del Parlamento es la ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay. (PCPM, art. 21)

### Sección 3 Reforma del Reglamento

**Art. 4.** Para modificar el presente Reglamento se requerirá el voto afirmativo de la mayoría calificada del Plenario. (PCPM, art. 14)

**Art. 5.** El proyecto de reforma del Reglamento deberá establecer cuáles son los artículos que se proponen modificar, suprimir o agregar.

---

<sup>18</sup> Texto aprobado por Disposición del Parlamento del Mercosur n° 6 del 6-8-2007 con la modificación incorporada por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.

**Art. 6.** Los proyectos de reforma del Reglamento deberán ser tratados, previo informe escrito de las Comisiones intervinientes, en sesión especial exclusivamente destinada a su estudio.

## CAPÍTULO 2 PARLAMENTARIOS Y PARLAMENTARIAS DEL MERCOSUR

### Sección 1 Integración y Denominación

**Art. 7.** El Parlamento del Mercosur está integrado por aquellos miembros electos a tales efectos por sufragio directo, universal y secreto de los ciudadanos de los Estados Parte. (PCPM, art. 1.3 y art. 6.1)

**Art. 8.** La denominación de los miembros del Parlamento del Mercosur (PCPM, art. 5. 2), será la siguiente:

- a) Parlamentarios o Parlamentarias del Mercosur, en español;
- b) Parlamentares do Mercosul, en portugués;
- c) Mercosur Parlamento-gua, en guaraní.

1. El trato a los Parlamentarios y Parlamentarias del Mercosur es “Señor Parlamentario o Señora Parlamentaria”.

### Sección 2 Derechos y Obligaciones

**Art. 9.** Cada Parlamentario o Parlamentaria tendrá derecho a voz y derecho a un voto.

1. Los legisladores nacionales de los Estados en proceso de adhesión podrán hacer uso de la palabra en las sesiones del Plenario y en las reuniones de las Comisiones, sin derecho a voto.

2. Los legisladores nacionales de los Estados Asociados podrán hacer uso de la palabra en las sesiones del Parlamento, sin derecho a voto.

**Art. 10.** Todo Parlamentario o Parlamentaria podrá presentar propuestas de cualquier acto previsto en este Reglamento, a excepción de los Dictámenes.

**Art. 11.** Es obligación de los Parlamentarios y de las Parlamentarias asistir a las sesiones de los períodos ordinarios o extraordinarios del Parlamento y a las reuniones de las Comisiones.

1. En el caso de ausencia del miembro titular, éste será reemplazado por su respectivo suplente, debidamente acreditado.

2. Cada Parlamentario debe integrar al menos una Comisión permanente excepto el Presidente.

**Art. 12.** El mandato común de los Parlamentarios y Parlamentarias es de 4 (cuatro) años, contados a partir de la asunción efectiva del cargo, y podrán ser reelectos. (PCPM, art. 10)

1. Los Parlamentarios y Parlamentarias permanecerán en funciones hasta la apertura de la primera sesión del Parlamento del siguiente período parlamentario de las elecciones en las que resulten electos sus reemplazantes.

### Sección 3 Independencia e Inmidades

**Art. 13.** Los miembros del Parlamento no estarán sujetos a mandato imperativo y actuarán con independencia en el ejercicio de sus funciones. (PCPM, art. 9)

**Art. 14.** Los Parlamentarios y Parlamentarias gozarán de los privilegios, inmidades y exenciones establecidos en el Acuerdo Sede suscripto entre el Mercosur y la República Oriental del Uruguay. (PCPM, arts. 12 y 21)

**Art. 15.** Los desplazamientos de los miembros del Parlamento, a efectos del ejercicio de sus funciones no serán limitados por restricciones legales ni administrativas. (PCPM, art. 12.3)

1. Los documentos para la libre circulación de los Parlamentarios y las Parlamentarias por los Estados Parte, les serán expedidos por el Presidente del Parlamento del Mercosur.

**Art. 16.** Los Parlamentarios y Parlamentarias no podrán ser juzgados, civil o penalmente, en el territorio de los Estados Parte del Mercosur, en ningún momento, ni durante, ni después de su mandato, por las opiniones y votos emitidos en el ejercicio de sus funciones. (PCPM, art. 12.2)

**Art. 17.** Toda petición dirigida al Presidente por una autoridad competente de un Estado Parte, con el objeto de suspender la inmunidad de un Parlamentario o Parlamentaria, se comunicará al Plenario y se remitirá a la comisión competente.



**Art. 18.** Toda petición dirigida al Presidente por un Parlamentario o Parlamentaria o un ex Parlamentario o ex Parlamentaria, de amparo a la inmunidad, los privilegios y las exenciones se comunicará al Plenario y se remitirá a la comisión competente.

**Art. 19.** Cuando un Parlamentario o Parlamentaria resulte detenido o vea restringida su libertad de desplazamiento en infracción aparente de sus privilegios e inmunidades, el Presidente, con carácter de urgencia, podrá tomar la iniciativa de confirmar los privilegios e inmunidades del Parlamentario o Parlamentaria interesado y comunicará esta iniciativa a la comisión competente e informará al Plenario.

#### **Sección 4** **Licencias e Inasistencias**

**Art. 20.** El Parlamentario o Parlamentaria podrá solicitar licencia a sesiones del Plenario o a reuniones de Comisiones, por las siguientes razones:

- a) por misión oficial encargada por el propio Parlamento;
- b) por razones políticas inherentes al desempeño de su cargo;
- c) por razones de salud;
- d) por maternidad o paternidad; o
- e) por otras razones justificadas.

**Art. 21.** La solicitud de licencia deberá ser realizada por escrito, dirigida al Presidente, explicitando los motivos y el plazo.

1. Si la licencia es solicitada entre dos sesiones, el Presidente convocará al suplente respectivo y dará cuenta al Plenario de la solicitud explicitando la causa. El Parlamento votará la licencia en la sesión inmediata posterior.

2. Si la solicitud fuere presentada en el transcurso de una sesión y aprobada en la misma el Presidente convocará al suplente respectivo.

**Art. 22.** El Plenario podrá decidir negativamente acerca de las solicitudes de licencia, y en este caso, no corresponderá el pago de remuneración alguna.

**Art. 23.** En el caso de autorización de licencia de Parlamentarios o Parlamentarias, para el pago de la remuneración se adoptarán los siguientes criterios:

- a) en los casos de los literales *a*, *b*, *c* y *d* del art. 20, se pagará, en todos los casos, la remuneración correspondiente;
- b) en el caso del literal *e*, el Plenario podrá otorgarla con o sin remuneración.

**Art. 24.** Los Parlamentarios o Parlamentarias podrán solicitar licencia, sin goce de remuneración, por un plazo máximo de hasta 90 (noventa) días por subperíodo Parlamentario, que será otorgada por el Plenario.

**Art. 25.** Las inasistencias del Parlamentario o de la Parlamentaria serán descontadas de su remuneración y se remitirá el asunto a la comisión competente.

1. Si la inasistencia se prolonga por 2 (dos) sesiones, será convocado el suplente para la sesión siguiente.

**Art. 26.** En los casos de inasistencias que sean justificadas dentro del plazo de 7 (siete) días, contados a partir del primer día siguiente a la sesión, al Parlamentario o Parlamentaria no le será descontada dicha inasistencia de su remuneración.

1. Las justificaciones serán enviadas a la Mesa Directiva, que se expedirá sobre las mismas.

2. En los casos en que estas inasistencias fuesen injustificadas y reiteradas, el Presidente llamará al orden al Parlamentario o Parlamentaria y se remitirá el asunto a la comisión competente.

## Sección 5 Renuncia

**Art. 27.** Todo Parlamentario o Parlamentaria renunciante notificará por escrito a la Mesa Directiva su decisión, que deberá ser aprobada por mayoría simple por el Plenario en la sesión siguiente, fecha en la se hará efectiva.

1. No será aceptada la renuncia de ningún Parlamentario o Parlamentaria que se encuentre sometido a procedimiento disciplinario o por actos de falta de decoro al Parlamento.

2. En los casos de no aceptación, la notificación se someterá sin demora a la comisión competente, que la incluirá en el orden del día de su primera reunión siguiente a la recepción de esta notificación.

3. La Comisión tendrá un plazo de 60 (sesenta) días a partir de su recepción para realizar su informe, asegurando amplio derecho de defensa al renunciante.

4. En los casos del numeral 1 (uno), será votado en el Plenario el informe de la Comisión, que será aprobado por mayoría especial.

## Sección 6

### Sanciones, Pérdida del Mandato e Incompatibilidad

**Art. 28.** El Plenario aprobará un Código de Ética que establecerá las infracciones administrativas y éticas, así como también las respectivas sanciones.

**Art. 29.** Los procedimientos de pérdida de mandato por actos de falta de decoro serán juzgados por el Plenario.

**Art. 30.** El Plenario, por mayoría especial, podrá amonestar a cualquier Parlamentario o Parlamentaria o excluirlo de su seno, por falta de decoro en el ejercicio de sus funciones.

1. El Plenario es el juez exclusivo de la conducta de sus miembros.

**Art. 31.** En los casos de fallecimiento, renuncia, inhabilidad – transitoria o permanente –, declarada judicialmente en su país de origen, y pérdida del mandato del Parlamentario o Parlamentaria, lo o la sustituirá su suplente, de manera permanente o transitoria, según corresponda, de acuerdo a lo establecido en la legislación de su Estado Parte.

**Art. 32.** En casos en que el Parlamentario o Parlamentaria asumiere funciones incompatibles con el mandato (PCPM, art. 11.2 y .3), deberá solicitar licencia, so pena de la pérdida de su mandato.

1. La fecha en que asumiere, sin licencia, funciones incompatibles con el mandato será considerada como fecha de pérdida del mandato.

## CAPÍTULO 3

### GRUPOS POLÍTICOS

**Art. 33.** Los Parlamentarios y Parlamentarias podrán constituirse en grupos de acuerdo con sus afinidades políticas.

**Art. 34.** Un grupo político estará integrado al menos por:

- a) un 10% (diez por ciento) de la integración del Parlamento si son representantes de un solo Estado Parte.
- b) 5 (cinco) Parlamentarios o Parlamentarias, si son representantes de más de un Estado Parte.

**Art. 35.** Un Parlamentario o Parlamentaria no podrá pertenecer, simultáneamente a más de un grupo político.

**Art. 36.** Los grupos políticos quedarán constituidos luego de haber comunicado su decisión a la Mesa Directiva.

1. La notificación, con la firma de todos sus componentes, especificará el nombre del grupo, su composición, su coordinador, sus principios y objetivos políticos.
2. La notificación será leída en el Plenario y difundida en el medio de comunicación del Parlamento.

**Art. 37.** La Mesa Directiva decidirá, a sugerencia de los grupos políticos, sobre la distribución de las bancas en el Plenario.

**Art. 38.** Cualquier Parlamentario o Parlamentaria podrá renunciar a su grupo político, comunicándolo a la Mesa Directiva, quien dará cuenta al Plenario y al grupo esta decisión.

1. Se entenderá por disuelto el grupo político, cuando sus miembros comuniquen a la Mesa Directiva tal decisión o se deje de cumplir con los requisitos estipulados en este Reglamento.

**Art. 39.** Los grupos políticos tendrán el personal que se les asigne en el presupuesto del Parlamento, cuyo nombramiento y remoción se hará a propuesta del mismo grupo político.

1. Al disolverse el grupo político el personal cesará automáticamente en sus funciones.
2. Las condiciones de contratación se especificarán en el estatuto elaborado a tales efectos.

#### CAPÍTULO 4 MESA DIRECTIVA

**Art. 40.** El Presidente y los Vicepresidentes componen la Mesa Directiva, por mandato de 2 (dos) años y podrán ser reelectos por una sola vez. (PCPM, art. 16.2)

1. La Mesa Directiva será asistida por un Secretario Parlamentario y un Secretario Administrativo, quienes serán designados por el Plenario al inicio de cada período parlamentario.

**Art. 41.** La Mesa Directiva se reunirá en la sede del Parlamento.

1. La Mesa Directiva podrá reunirse en otros Estados Parte, en proceso de adhesión o Asociados, por decisión de la mayoría de sus integrantes.

**Art. 42.** En caso de imposibilidad o ausencia de todos los miembros de la Mesa Directiva, la Presidencia será desempeñada por el Presidente de la Comisión de Asuntos Jurídicos e Institucionales.

1. Si la imposibilidad fuere permanente, se procederá de inmediato a la elección de las nuevas autoridades, las que cumplirán el tiempo que faltare del período correspondiente.

<sup>19</sup>**Art. 43.** A la Mesa Directiva compete:

- a) presentar anualmente al Plenario la propuesta de presupuesto hasta la tercera sesión de cada sub período ordinario;
- b) proponer al Plenario la organización administrativa, financiera, y el estatuto del personal y sus modificativas;
- c) autorizar los nombramientos, ascensos, traslados, destituciones y demás actos relativos al personal, en base a la reglamentación respectiva, para ser firmados por el Presidente;
- d) resolver acerca del reembolso de los gastos y el pago de la remuneración de los Parlamentarios y Parlamentarias;
- e) aprobar el orden del día de las sesiones ordinarias y extraordinarias;
- f) aprobar la convocatoria de sesiones extraordinarias, a propuesta de cualquier miembro de la Mesa Directiva o de por lo menos un 25% (veinticinco por ciento) de los Parlamentarios y Parlamentarias;
- g) elaborar Propuesta de Código de Ética del Parlamento del Mercosur que será sometida al Plenario previa discusión e informe de la Comisión de Asuntos Internos;
- h) autorizar la realización de las reuniones de las comisiones en lugares distintos a la sede del Parlamento;
- i) establecer el número de integrantes y aprobar la integración de las comisiones permanentes y presentarla en la primera sesión ordinaria de cada sub período parlamentario;
- j) considerar y resolver los pedidos de pronto despacho y consultas de los grupos políticos, de los Parlamentarios y Parlamentarias y de las comisiones, los que deberán ser presentados por escrito;

19 Artículo reformado por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.

- k) considerar y resolver acerca de los homenajes que deseen rendir los Parlamentarios y Parlamentarias en los términos de este Reglamento;
- l) elaborar los planes de labor Parlamentaria en conjunto con los coordinadores de los grupos políticos;
- m) autorizar a la Presidencia del Parlamento a cursar al Consejo del Mercado Común, solicitudes que propicien declarar de interés regional eventos o actividades a desarrollarse en una fecha determinada, que hayan merecido un informe sin disidencias ni observaciones de la comisión respectiva.

1. Las decisiones de la Mesa serán adoptadas por consenso.

## CAPÍTULO 5 PRESIDENCIA Y VICEPRESIDENCIAS

### Sección 1 Elección del Presidente y Vicepresidentes

**Art. 44.** En la Sesión Preparatoria, una vez incorporados los Parlamentarios y Parlamentarias en número suficiente para tener quórum, elegirán sucesivamente un Presidente y un Vicepresidente por cada uno de los demás Estados Parte (PCPM, art. 16.1), los que ocuparán las Vicepresidencias, según el orden en que hayan sido electos de conformidad a los votos obtenidos.

**Art. 45.** La Sesión Preparatoria se inicia bajo la Presidencia del Parlamentario o Parlamentaria de mayor edad, denominado Presidente Provisional, siempre que no sea candidato a ningún cargo a la Mesa Directiva y dará posesión a todos los Parlamentarios y Parlamentarias presidiendo la elección del Presidente.

**Art. 46.** Los Parlamentarios y Parlamentarias deberán indicar los nombres de los candidatos a la Presidencia, por escrito, al Presidente Provisional.

**Art. 47.** Los candidatos y las candidatas al cargo de Presidente tendrán 15 (quince) minutos cada uno para exponer su programa de trabajo.

**Art. 48.** Será considerado electo o electa el candidato o la candidata que obtenga mayoría calificada de votos en la primera votación.

1. En el caso de que en la primera votación ningún candidato o candidata hubiere obtenido dicha mayoría, se votará por los dos candidatos o candidatas

que hayan obtenido la mayor cantidad de votos, siendo electo para el cargo aquel o aquélla que obtuviese mayoría absoluta, en la segunda votación.

2. Si hubiere empate en la segunda votación, se procederá a una nueva votación, y si el empate se repitiere, será considerado electo el candidato de más edad.

**Art. 49.** Una vez electo el o la Presidente, el o la Presidente Provisional le transmitirá el cargo, y éste o ésta presidirá las elecciones de los o las Vicepresidentes, observándose los procedimientos descriptos en los artículos precedentes en lo pertinente.

**Art. 50.** Las elecciones serán sucesivas y se harán por votación nominal, proclamándose posteriormente los electos, y se harán las comunicaciones respectivas al Consejo del Mercado Común y a los Parlamentos Nacionales de los Estados Parte.

## Sección 2 Competencias del Presidente y Vicepresidentes

**Art. 51.** El Presidente representa al Parlamento de acuerdo al Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur y a este Reglamento.

1. El Presidente realiza las comunicaciones oficiales y puede delegar las atribuciones que estén autorizadas en este Reglamento.

**Art. 52.** Compete al Presidente:

- a) observar y hacer observar el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur y este Reglamento;
- b) preparar el orden del día y someterlo a la aprobación de la Mesa Directiva;
- c) presidir las sesiones, garantizar las discusiones, proponer las votaciones y proclamar los resultados;
- d) convocar a los Parlamentarios y a las Parlamentarias, llamarles al recinto e iniciar las sesiones;
- e) pasar a cuarto intermedio a solicitud de un Parlamentario o Parlamentaria, aprobada en los términos de este Reglamento;
- f) suspender la sesión, por hasta 60 (sesenta) minutos, en caso de desorden o actividad protocolar;
- g) levantar la sesión por falta de quórum o, a solicitud de un Parlamentario o Parlamentaria, aprobada en los términos de este Reglamento;

- h) revocar la convocatoria a una sesión, cuando no hubiere actos de trámite Parlamentario o existan circunstancias excepcionales que así lo aconsejen;
- i) dar cuenta de los asuntos entrados y distribuir los diferentes asuntos entre las Comisiones o al Plenario, según corresponda;
- j) llamar a los Parlamentarios y a las Parlamentarias al orden durante la sesión, y si a pesar de tal advertencia, no se corrigiese, o se sostuviese que no la ha merecido, se dirigirá al Plenario pidiéndole autorización para llamarle al orden, y sin discusión alguna, dicho cuerpo decidirá;
- k) recibir, ante el Plenario, para su incorporación, el compromiso de los Parlamentarios electos;
- l) prohibir la entrada al recinto de personas cuya presencia, a su juicio, no fuere conveniente para el orden, la dignidad y el decoro del Parlamento;
- m) ordenar los gastos y los pagos;
- n) firmar e inicialar las actas de las sesiones del Parlamento;
- o) ordenar la publicación del diario de sesiones;
- p) convocar las sesiones;
- q) ejercer todas las demás funciones que sean necesarias para el eficaz cumplimiento de su cargo.

1. El Presidente podrá delegar transitoriamente las competencias previstas en los literales *m* y *n* de este artículo en cualquiera de los Vicepresidentes cuando lo estime pertinente.

**Art. 53.** Los Vicepresidentes colaborarán con el Presidente en el ejercicio de sus funciones, y lo sustituirán por su orden, en caso de muerte, renuncia, ausencia o impedimento.

## CAPÍTULO 6 COMISIONES

### Sección 1 Disposiciones Generales y Atribuciones

**Art. 54.** El Parlamento del Mercosur tendrá Comisiones permanentes, temporarias y especiales.



<sup>20</sup>**Art. 55.** Las reuniones de las Comisiones serán realizadas en la sede del Parlamento.

1. En casos excepcionales, las Comisiones, por decisión de la mayoría de sus miembros, podrán reunirse en lugares distintos a la sede del Parlamento, debiendo dirigir una solicitud al Presidente del Parlamento, con 15 (quince) días de anticipación a la fecha prevista para la reunión, el que la someterá a consideración de la Mesa Directiva.
2. Si la solicitud no fuere respondida en el plazo de 7 (siete) días de la fecha prevista para la reunión, se considerará aprobada.
3. En caso de urgencia, el Presidente podrá decidir, debiendo fundamentar su decisión si fuere denegatoria.
4. Las reuniones de Comisiones fuera de la sede no podrán realizarse simultáneamente con la sesión plenaria del Parlamento.

**Art. 56.** Cada comisión, en razón de la materia de su competencia, deberá:

- a) discutir y votar las propuestas y los asuntos sometidos a su consideración;
- b) realizar reuniones públicas sobre cuestiones vinculadas al desarrollo del proceso de integración con entidades de la sociedad civil, los sectores productivos, organizaciones no gubernamentales y movimientos sociales (PCPM, art. 4.9);
- c) recibir, examinar y, en su caso, canalizar hacia los órganos decisorios, a través de la Mesa Directiva, peticiones de cualquier particular de los Estados Parte, sean personas físicas o jurídicas, relacionadas con actos u omisiones de los órganos del Mercosur (PCPM, art. 4.10); y
- d) desarrollar acciones y trabajos conjuntos con los Parlamentos Nacionales y otras instituciones legislativas, con el fin de asegurar el cumplimiento de los objetivos del Mercosur, en particular aquellos relacionados con la actividad Parlamentaria.

1. Las Comisiones podrán invitar, para debatir temas de su competencia, a cualquier ciudadano o autoridad de los Estados Parte, a través de la Mesa Directiva que acordará con el invitado los términos de su participación.

**Art. 57.** Cuando un asunto sea de carácter mixto y corresponda su estudio a más de una comisión, el despacho especificará a qué Comisiones se destina,

<sup>20</sup> Artículo reformado por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.

y ellas podrán analizarlo reunidas al efecto o iniciar por separado dicho estudio, con aviso a la otra u otras.

1. El informe deberá ser sometido al pleno de las Comisiones a las que haya sido destinado el asunto.

**Art. 58.** Las comisiones y subcomisiones podrán reunirse durante el receso.

## **Sección 2** **Organización**

**Art. 59.** El número de miembros de las comisiones permanentes será establecido por acto de la Mesa Directiva en la primera sesión de cada subperíodo ordinario.

1. La designación de los Parlamentarios y Parlamentarias que integren las comisiones permanentes o especiales se hará, siempre que fuere posible, reflejando en forma proporcional la presencia de los grupos políticos.

**Art. 60.** Los Vicepresidentes podrán ser miembros de las comisiones y subcomisiones.

**Art. 61.** Los Parlamentarios o Parlamentarias que no sean integrantes de una comisión, podrán asistir a sus reuniones y tomar parte en las deliberaciones, pero no en las decisiones, ni en la suscripción de los despachos correspondientes.

**Art. 62.** Cada comisión permanente tendrá 1 (un) Presidente y 1 (un) Vicepresidente.

1. El mandato de los integrantes de las Comisiones permanentes y de sus respectivos Presidentes y Vicepresidentes será de 2 (dos) años.

<sup>21</sup>**Art. 63.** Las comisiones pueden sesionar con la presencia de por lo menos un tercio de sus miembros, en el que estén representados todos los Estados Parte. Los informes se adoptarán por mayoría simple requiriéndose para su aprobación la firma de al menos 1(un) Parlamentario de cada Estado Parte miembro de la comisión.

**Art. 64.** Si la mayoría de una comisión estuviere impedida o rehusare concurrir a la misma, la minoría deberá ponerlo en conocimiento de la Mesa

---

21 Artículo reformado por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.

Directiva, la cual, sin perjuicio de acordar lo que estime oportuno respecto de los asistentes, procederá a integrarla con otros miembros, en forma transitoria o definitiva según el caso.

**Art. 65.** Se labrará acta de cada reunión, pudiendo constar, a pedido del Parlamentario o de la Parlamentaria, las razones en que funda su voto sobre el asunto considerado.

**Art. 66.** Si las opiniones de los miembros de una comisión se encuentran divididas, la minoría podrá presentar su informe al Plenario y fundamentarlo.

1. Si hubiera dos informes con igual número de firmas, el informe de la mayoría será el que lleva la firma del Presidente de la Comisión o de quien presida el pleno de las Comisiones

**Art. 67.** Cada comisión elegirá su Presidente y Vicepresidente en la primera reunión del primero y tercer subperíodo Parlamentario.

1. Se aplicarán a la elección de los Presidentes y Vicepresidentes de las Comisiones, en lo pertinente, las reglas establecidas para la elección de la Mesa Directiva.

**Art. 68.** Cada comisión podrá crear hasta 2 (dos) subcomisiones permanentes por decisión de la mayoría simple.

### Sección 3 Comisiones Permanentes

**Art. 69.** Las Comisiones permanentes son las siguientes:

- a) Asuntos Jurídicos e Institucionales;
- b) Asuntos Económicos, Financieros, Comerciales, Fiscales y Monetarios;
- c) Asuntos Internacionales, Interregionales y de Planeamiento Estratégico;
- d) Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deporte;
- e) Trabajo, Políticas de Empleo, Seguridad Social y Economía Social;
- f) Desarrollo Regional Sustentable, Ordenamiento Territorial, Vivienda, Salud, Medio Ambiente y Turismo;
- g) Ciudadanía y Derechos Humanos;
- h) Asuntos Interiores, Seguridad y Defensa;
- i) Infraestructura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuaria y Pesca;
- j) Presupuesto y Asuntos Internos.

**Art. 70.** A la Comisión de Asuntos Jurídicos e Institucionales le compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) armonización de la legislación de los Estados Partes;
- b) aspectos constitucionales, reglamentarios y de técnica legislativa;
- c) incorporación de normas;
- d) órganos del Mercosur;
- e) consultas y cooperación con el Tribunal Permanente de Revisión;
- f) materias de naturaleza civil y criminal;
- g) interpretación y reforma del Reglamento;
- h) peticiones;
- i) redacción y estilo de los actos del Parlamento.

**Art. 71.** A la Comisión de Asuntos Económicos, Financieros, Comerciales, Fiscales y Monetarios compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) coordinación macroeconómica;
- b) industria, servicios, comercio y acceso a mercados;
- c) regímenes especiales de importación y exportación;
- d) defensa de la competencia y salvaguardas;
- e) cuestiones aduaneras, del Arancel Externo Común y circulación de mercaderías;
- f) asuntos monetarios;
- g) asuntos cambiarios;
- h) asuntos de seguros y de transferencias de valores;
- i) sistema financiero y bancario;
- j) fomento de las pequeñas y medianas empresas industriales.

**Art. 72.** A la Comisión de Asuntos Internacionales, Interregionales y de Planeamiento Estratégico, compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) relaciones exteriores con terceros Estados, organizaciones internacionales o bloques;
- b) relaciones con Estados en proceso de adhesión o asociados;
- c) cooperación internacional;
- d) derecho internacional y derecho del Mercosur;
- e) políticas de integración y equilibrio regional.

**Art. 73.** A la Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deporte compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) integración educativa;
- b) contribuir a la armonización de currículos y reconocimiento de títulos y diplomas;
- c) cuestiones lingüísticas;
- d) fomento a la cultura e identidad cultural del Mercosur;
- e) preservación del patrimonio histórico, cultural, geográfico, arqueológico, artístico y científico;
- f) protección de la propiedad intelectual, derechos de autor y conexos;
- g) acuerdos culturales;
- h) fechas de alta significación y homenajes cívicos;
- i) integración deportiva e incentivo al deporte amateur;
- j) cooperación en ciencia y tecnología;
- k) impacto social de la tecnología.

**Art. 74.** A la Comisión de Trabajo, Políticas de Empleo, Seguridad Social y Economía Social compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) legislación del trabajo y política de empleo;
- b) organización, fiscalización, seguridad y medicina del trabajo;
- c) asuntos de organización sindical;
- d) seguridad social;
- e) cooperativismo y economía social;
- f) fomento a las pequeñas y medias empresas.

**Art. 75.** A la Comisión de Desarrollo Regional Sustentable, Ordenamiento Territorial, Vivienda, Salud, Medio Ambiente y Turismo compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) políticas de integración sustentable;
- b) equilibrio regional;
- c) ordenamiento territorial y vivienda;
- d) medio ambiente y saneamiento ambiental;
- e) recursos naturales y aguas transfronterizas;
- f) flora, fauna, suelo y problemas de desertificación;
- g) cambios climáticos;
- h) políticas de promoción del turismo;

- i) salud, alimentación y nutrición;
- j) acciones y servicios de salud pública, vigilancia epidemiológica, bioestadística e inmunizaciones.

**Art. 76.** A la Comisión de Ciudadanía y Derechos Humanos le compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) derechos humanos;
- b) elaboración del informe anual previsto en el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur (PCPM, art. 3);
- c) cuestiones de etnia, ciudadanía, niñez, juventud, tercera edad, género y minorías;
- d) peticiones de ciudadanos dirigidas al Parlamento;
- e) libertad de expresión y de culto religioso;
- f) instrumentos de democracia participativa;
- g) colaboración con entidades no gubernamentales que actúen en la defensa de los derechos humanos;
- h) defensa del consumidor.

**Art. 77.** A la Comisión de Asuntos Interiores, Seguridad y Defensa compete discutir e informar por escrito al Plenario e informar sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) cooperación en materia de seguridad;
- b) asuntos migratorios;
- c) integración fronteriza;
- d) comunicaciones;
- e) instrumentos de cooperación jurídica;
- f) cooperación en materia de defensa.

**Art. 78.** A la Comisión de Transportes, Infraestructura, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuaria y Pesca le compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) integración física;
- b) integración energética;
- c) fuentes de energía renovables;
- d) energía y combustibles;
- e) minería;
- f) transportes y tráfico vial;
- g) política agrícola común;

- h) comercialización y fiscalización de productos e insumos, inspección y fiscalización de alimentos, vigilancia y defensa sanitaria animal y vegetal;
- i) agricultura familiar y seguridad alimentaria;
- j) utilización y conservación en la agricultura, de los recursos hídricos y genéticos;
- k) uso y conservación del suelo en la agricultura;
- l) silvicultura, acuicultura y pesca.

**Art. 79.** A la Comisión de Presupuesto y Asuntos Internos le compete discutir e informar por escrito al Plenario sobre los siguientes temas a modo indicativo:

- a) análisis del presupuesto del Parlamento;
- b) análisis del presupuesto del Mercosur;
- c) análisis de los fondos de convergencia estructurales del Mercosur;
- d) estructura administrativa y de asesoramiento del Parlamento;
- e) política de personal y organización administrativa del Parlamento;
- f) reforma del Reglamento;
- g) derechos y deberes del Parlamentario y pérdida del mandato.

#### Sección 4

#### Comisiones Temporarias, Especiales y Delegaciones Externas

**Art. 80.** Las comisiones temporarias son establecidas para analizar determinado asunto y se extinguen al término del período Parlamentario, o cuando se haya alcanzado el fin para el cual se constituyó, o ha expirado su plazo de duración.

**Art. 81.** El Plenario, en los casos que estime conveniente, o en aquellos que no estén previstos en este Reglamento, podrá nombrar o autorizar al Presidente para que establezca comisiones especiales. Por el mismo procedimiento se establecerán las comisiones temporarias.

**Art. 82.** Las delegaciones externas serán creadas para representar al Parlamento del Mercosur ante otros organismos Parlamentarios internacionales, terceros Estados o bloques y en congresos, solemnidades u otros actos públicos. Las mismas estarán integradas a propuesta de la Mesa Directiva dando cuenta al Plenario.

## CAPÍTULO 7

### REUNIONES PÚBLICAS Y PARTICIPACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL

#### Sección 1

##### Audiencias Públicas y Seminarios

**Art. 83.** Cada comisión podrá realizar reuniones públicas con organizaciones de la sociedad civil, sectores productivos, organizaciones no gubernamentales y movimientos sociales para tratar asuntos concernientes a su área de actuación, mediante propuesta de cualquier miembro o a solicitud de una entidad o sector interesado.

1. Las reuniones públicas pueden ser realizadas en la forma de audiencias públicas o seminarios.
2. Podrán ser invitados integrantes del sector gubernamental de los Estados Parte, con aprobación de la mayoría de los miembros de la comisión.

**Art. 84.** Las reuniones públicas podrán realizarse en cualquiera de los Estados Parte, en proceso de adhesión o Asociados, por decisión de la mayoría de los miembros de la comisión respectiva.

**Art. 85.** Las audiencias públicas se regirán por los principios de simplicidad, oralidad, informalismo, participación y economía procesal.

**Art. 86.** Aprobada la propuesta de audiencia pública, la Comisión seleccionará, con el fin de ser escuchadas, las autoridades, las personas interesadas y los especialistas vinculados a las entidades participantes, correspondiendo al Presidente de la Comisión expedir las respectivas invitaciones.

1. En caso de existir diferencias con relación a la materia objeto de examen, la Comisión procederá de forma que garantice la participación de las diversas corrientes de opinión.
2. El o los invitados deberán limitarse a exponer sobre el tema o cuestión en debate y dispondrá o dispondrán, para ello, de veinte minutos, prorrogables a juicio de la Comisión, no pudiendo ser interrumpido.
3. En el caso de que el expositor se desvíe del asunto o perturbe el orden de los trabajos, el Presidente de la Comisión podrá advertirle, dar por terminada su intervención o decidir su retirada del recinto.



4. El invitado podrá contar con asesores acreditados, si para tal fin hubiere obtenido el consentimiento del Presidente de la Comisión.

5. Los Parlamentarios inscriptos para realizar preguntas al o los expositores podrán hacerlo estrictamente sobre el asunto de la exposición.

**Art. 87.** Las opiniones de los participantes y las conclusiones a las que se arribe como producto de las audiencias públicas no serán vinculantes.

**Art. 88.** De las audiencias públicas serán redactadas actas circunstanciadas, archivándose en el ámbito de la Comisión, los informes escritos y documentos que se acompañen.

1. Será admitido, en cualquier momento, la entrega de copias de los documentos a los interesados.

**Art. 89.** Seminarios son actividades de carácter informativo, realizadas por las Comisiones, con la participación de especialistas invitados por el Presidente de la Comisión, según indicación del Parlamentario proponente.

1. En los seminarios cualquier participante podrá hacer uso de la palabra, debiendo ser inscriptos previamente por la Presidencia.

## CAPÍTULO 8 ACTOS DEL PARLAMENTO

**Art. 90.** Son actos del Parlamento:

- a) dictámenes;
- b) proyectos de normas;
- c) anteproyectos de normas;
- d) declaraciones;
- e) recomendaciones;
- f) informes; y
- g) disposiciones.

**Art. 91.** Toda propuesta se presentará por escrito y deberá ser firmada por su autor o autores.

**Art. 92.** Las propuestas se anunciarán en la sesión en que tengan entrada y pasarán a la comisión o a las Comisiones correspondientes.

**Art. 93.** Las propuestas no pueden ser retiradas por su autor luego de ser aprobadas por una comisión, excepto que sea tratada la moción de retiro por el Plenario.

**Art. 94.** Dictámenes (PCPM, art. 4.12) son las opiniones emitidas por el Parlamento sobre proyectos de normas, enviadas por el Consejo del Mercado Común antes de su aprobación, que requieren aprobación legislativa en uno o más Estados Parte.

1. Los dictámenes constarán de 2 (dos) partes:

- a) descripción, con el relato circunstanciado de la materia en examen y de su negociación en los órganos decisorios del Mercosur;
- b) análisis, con la opinión relativa a la conveniencia de la aprobación o rechazo del proyecto de norma o a la necesidad de presentar sugerencias sobre la misma, para ser dirigidas al Consejo del Mercado Común.

**Art. 95.** Proyectos de normas del Mercosur (PCPM, art. 4.13) son las proposiciones normativas presentadas a consideración del Consejo del Mercado Común.

1. Los proyectos de normas no podrán contener materia extraña a la integración y deberán tratar, cada uno, un tema específico.

2. Las propuestas de proyectos de normas deben ser presentadas en 3 (tres) copias suscriptas por el o los autores, destinadas a la tramitación, al archivo y a los medios de difusión del Parlamento.

3. Las propuestas de proyectos de normas contendrán un resumen de la misma.

4. Las propuestas de proyectos de normas serán presentadas a la Mesa Directiva, la que dará publicidad, comunicará al Plenario y distribuirá a la o las comisiones competentes.

**Art. 96.** El Presidente del Parlamento solicitará semestralmente al Consejo del Mercado Común que informe sobre la situación de los proyectos de normas del Parlamento remitidos a dicho órgano.

**Art. 97.** Los anteproyectos de normas (PCPM, art. 4.14) son las proposiciones orientadas a la armonización de las legislaciones de los Estados Partes, dirigidos a los Parlamentos Nacionales para su eventual consideración.

1. El procedimiento de las propuestas de anteproyectos de normas se regirá por lo dispuesto para las propuestas de proyectos de norma, en lo pertinente.

**Art. 98.** Las declaraciones son las manifestaciones del Parlamento sobre cualquier asunto de interés público.

**Art. 99.** Las recomendaciones son indicaciones generales dirigidas a los órganos decisorios del Mercosur.

**Art. 100.** Los informes son estudios realizados por una o más comisiones permanentes o temporarias y aprobados por el Plenario, que contienen análisis de un tema específico.

1. Las propuestas de informe podrán ser elaboradas y presentadas a la Mesa Directiva por un mínimo del 5% (cinco por ciento) de la totalidad de los Parlamentarios.

2. La Comisión de Derechos Humanos elaborará, para consideración del Plenario, anualmente, el Informe sobre Derechos Humanos en el Mercosur. (PCPM, art. 4.3)

**Art. 101.** Las disposiciones son normas generales, de carácter administrativo, que disponen sobre la organización interna del Parlamento.

**Art. 102.** Las propuestas de actos serán elevadas a la Secretaría Parlamentaria con al menos 20 (veinte) días de anticipación a la realización de la sesión, para ser difundidas en los medios de comunicación del Parlamento, requisito indispensable para su conocimiento por parte del Plenario y de las Comisiones.

## CAPÍTULO 9 SESIONES Y REUNIONES

**Art. 103.** Las sesiones del Parlamento, las reuniones de sus comisiones y de la Mesa Directiva se realizarán en su sede, excepto las contempladas en este Reglamento.

1. En caso de guerra, de conmoción interna o de hechos que imposibiliten su funcionamiento en su sede, el Parlamento podrá reunirse, eventualmente, en cualquier otro lugar, por determinación de la Mesa Directiva o a solicitud de la mayoría simple de los Parlamentarios.

**Art. 104.** El Parlamento se reunirá en sesión especial, por decisión de la mayoría simple del Plenario, para recibir a los Jefes de Estado, de Gobierno o invitados especiales.

1. En estas sesiones, el Parlamento no se avocará al tratamiento de otros asuntos.

### Sección 1 Período y Subperíodos

**Art. 105.** Cada período Parlamentario comprenderá cuatro subperíodos ordinarios de sesiones.

**Art. 106.** Cada subperíodo ordinario de sesiones tendrá lugar del 15 de febrero al 15 de diciembre de cada año.

1. La Mesa Directiva fijará la fecha de la primera y de la última sesión ordinaria del subperíodo.

### Sección 2 Sesiones Extraordinarias

**Art. 107.** El Parlamento del Mercosur podrá ser convocado a sesiones extraordinarias por el Presidente, a solicitud del Consejo del Mercado Común, por decisión de la Mesa Directiva o a requerimiento de no menos del 25% (veinticinco por ciento) de los Parlamentarios o Parlamentarias. (PCPM, art. 17.1)

1. Las sesiones extraordinarias serán convocadas en un plazo no mayor de 15 (quince) días a partir de recibida dicha solicitud.

2. Las sesiones extraordinarias serán convocadas para tratar un orden del día predeterminado y finalizarán una vez que éste haya sido agotado.

**Art. 108.** En condiciones excepcionales, en los términos de este Reglamento, serán admitidas sesiones plenarias del Parlamento en otro Estado Parte, en proceso de adhesión o Asociado.

1. Para realizar sesiones plenarias fuera de la sede se adoptará la decisión por mayoría calificada.

### Sección 3

#### Sesiones Preparatorias

**Art. 109.** La primera reunión del primer y tercer sub períodos parlamentarios ordinarios será preparatoria y se realizará en la primera quincena de febrero.

**Art. 110.** Las sesiones preparatorias tienen por objeto la toma de posesión de los Parlamentarios, recibir su compromiso y la elección de la Mesa Directiva.

1. La toma de posesión y el compromiso de los Parlamentarios se realizarán en las sesiones preparatorias del primer subperíodo.

**Art. 111.** El Presidente Provisional tomará el compromiso a los Parlamentarios en los siguientes términos: “Asumo el compromiso de dedicar mis mayores esfuerzos a representar a nuestros pueblos, consolidar el proceso de integración regional, así como cumplir y hacer cumplir el Derecho del Mercosur, y reafirmar el ejercicio pleno de la democracia y de los Derechos Humanos”.

1. El Parlamentario suplente asumirá su compromiso en la primera sesión en la que participe.

**Art. 112.** Si por causa no justificada, un Parlamentario, no hubiere tomado posesión en la sesión preparatoria, la Presidencia le notificará por escrito que debe cumplir con esta obligación en la primera sesión ordinaria siguiente, con la advertencia de que en caso contrario su cargo será declarado vacante.

1. Las justificaciones alegadas a favor de la inasistencia serán resueltas por el Plenario por mayoría especial.

2. En el caso de ser aceptadas aquéllas, el Plenario le acordará un plazo máximo para la toma de posesión, so pena de ser declarado vacante su cargo.

3. En el caso de no ser aceptadas aquéllas, deberá tomar posesión en la próxima sesión ordinaria, so pena de ser declarado vacante su cargo.

**Art. 113.** Los Parlamentarios excluidos antes de la toma de posesión serán sustituidos por los titulares o suplentes correspondientes, en el orden de precedencia que determine la legislación nacional de su Estado Parte.

## Sección 4

### Sesiones Ordinarias

**Art. 114.** El Parlamento se reunirá en sesión ordinaria al menos una vez por mes. (PCPM, art. 17)

1. Todas las sesiones del Parlamento y reuniones de sus Comisiones serán públicas, excepto aquellas que sean declaradas de carácter reservado, con la aprobación del voto de la mayoría absoluta.

**Art. 115.** En la primera sesión de cada sub período ordinario, se fijarán las fechas y las horas de inicio de las sesiones ordinarias.

**Art. 116.** Al inicio de cada sesión se tomará asistencia a los Parlamentarios y Parlamentarias.

**Art. 117.** Las sesiones del Parlamento y las reuniones de sus Comisiones podrán iniciarse con la presencia de al menos un tercio de sus miembros, en que estén representados todos los Estados Parte. (PCPM, art. 18.1)

<sup>22</sup>**Art.118.** Las sesiones no se realizarán:

- a) por falta de quórum, salvo lo previsto en el art. 134;
- b) por motivo de fuerza mayor, si así lo resolviere la Presidencia, en consulta con la Mesa Directiva.

1. Si se constatare que no habrá quórum para realizar la sesión o exista otros motivos que impidan su realización, el Presidente comunicará a todos los Parlamentarios y Parlamentarias por lo menos con 72 horas de anticipación.

**Art. 119.** El Plenario, su Mesa Directiva y sus Comisiones, en circunstancias excepcionales, podrá realizar sesiones, adoptar decisiones y actos a través de medios tecnológicos que permitan reuniones a distancia. (PCPM, art. 18)

**Art. 120.** El Presidente, en consulta con la Mesa Directiva y a través de la Secretaría Parlamentaria, preparará el orden del día de la sesión, el que será distribuido por los medios más adecuados y eficaces a los Parlamentarios y a las Parlamentarias con por lo menos 7 (siete) días de anticipación de la realización de la misma.

**Art. 121.** Podrán solicitar, con hasta 10 (diez) días de anticipación de la fecha fijada para el inicio de la sesión, la inclusión de temas suplementarios en el orden del día:

- a) los Parlamentarios, en tanto que en la solicitud consten las firmas del por lo menos en 20% (veinte por ciento) de los Parlamentarios o las Parlamentarias; o
- b) el Consejo del Mercado Común.

1. Las solicitudes serán analizadas por la Mesa Directiva y decidirá en tiempo hábil para la información de los Parlamentarios y Parlamentarias, en los términos del artículo anterior.

**Art. 122.** Al inicio de la sesión, toda la documentación relacionada al Orden del Día debe estar disponible.

**Art. 123.** Las sesiones ordinarias del Parlamento se avocarán a debatir y votar los puntos del orden del día, al debate Parlamentario en general y tendrán el siguiente desarrollo:

- a) discusión y votación del acta de la sesión anterior;
- b) toma de compromiso de Parlamentarios y Parlamentarias;
- c) lectura de los asuntos entrados;
- d) tema libre (hora previa);
- e) debate propuesto (cuestión política);
- f) discusión y votación del orden del día.

1. El tema libre tendrá la duración de una hora y cada Parlamentario o Parlamentaria podrá hacer uso de la palabra por hasta 5 (cinco) minutos, sin interrupciones.

2. Por moción de cualquier Parlamentario se aprobará, por mayoría simple, un tema para ser debatido por hasta una hora (debate propuesto), con intervenciones limitadas a 5 (cinco) minutos por cada Parlamentario o Parlamentaria, con excepción del proponente el que dispondrá de 15 (quince) minutos.

3. Hasta el fin del debate propuesto, el tema puede ser elevado a la Mesa, en la forma de propuesta de acto pertinente, para ser incluido, por aprobación de la mayoría absoluta, en el orden del día de esa misma sesión.

**Art. 124.** El Parlamento recibirá, al inicio de cada semestre, a la Presidencia *pro tempore* del Mercosur, para que presente el programa de trabajo acordado con los objetivos y prioridades previstos para el semestre (PCPM, art. 4.7), y

al finalizar cada semestre para que presente un informe sobre las actividades realizadas durante dicho período. (PCPM, art. 4.6)

## Sección 5 Debates del Orden del Día

**Art. 125.** Los Parlamentarios que pidan la palabra serán inscriptos en la lista de oradores por el orden de solicitud.

**Art. 126.** El Presidente concederá la palabra, garantizando, en la medida de lo posible, la participación en el debate de oradores de diferentes Estados Partes así como de distintos grupos políticos.

**Art. 127.** Ningún orador puede, sin autorización del Presidente, hacer uso de la palabra dos veces sobre el mismo asunto.

1. Si a juicio del Presidente, un Parlamentario o Parlamentaria sea personalmente aludido de forma crítica o se le hubiere atribuido opinión o acción, el mismo podrá hacer uso de la palabra más de una vez por un tiempo no mayor de tres minutos en cada caso, con el objetivo de contestar dicha alusión.

2. El o los Miembros Informantes de las Comisiones encargadas del estudio del tema que figura en el Orden del Día tendrán derecho a hacer uso de la palabra con prioridad y podrán hacerlo más de una vez.

**Art. 128.** El Presidente concederá el uso de la palabra a los oradores en el orden en el que hayan solicitado y, estos, hablarán desde su banca, por un tiempo no mayor a los 10 (diez) minutos.

1. Finalizado ese período, se advertirá al orador que el tiempo expiró, para que concluya su intervención en un lapso máximo de 3 (tres) minutos.

2. Vencido dicho lapso, se le retirará el uso de la palabra.

3. El Presidente podrá advertir a un orador en caso de que su discurso se aparte del tema en discusión.

4. Ningún Parlamentario o Parlamentaria ni persona con derecho a voz podrá hacer uso de la palabra sin previa autorización del Presidente.

**Art. 129.** Anunciado el tema, se le dará la palabra a los oradores.

1. Se dará la palabra consecutivamente, con prioridad, a los Miembros Informantes, de la Mayoría y de la o las Minorías, por un tiempo de 15



(quince) minutos para el primero y 10 (diez) minutos para los segundos, pudiendo ser prorrogado estos períodos de tiempo.

2. El tiempo de duración de las intervenciones de cada orador siguiente sobre un mismo tema será de 5 (cinco) minutos.

3. El Presidente llamará inmediatamente al orden al orador que se haya excedido en el tiempo estipulado.

**Art. 130.** Se da por cerrada la discusión de un tema del Orden del Día:

- a) por ausencia de oradores o agotamiento de la lista;
- b) por decisión de la mayoría simple del Plenario, y a pedido de cualquier Parlamentario o Parlamentaria, cuando hayan hecho uso de la palabra al menos dos Parlamentarios a favor y dos en contra de la moción de cierre de la discusión puesta a consideración.

**Art. 131.** La discusión podrá ser postergada:

- a) por decisión de la mayoría simple del Plenario, a solicitud de cualquiera de los Parlamentarios o Parlamentarias;
- b) a solicitud del o los Miembros Informantes de Mayoría de la comisión.

**Art. 132.** El autor de la propuesta en discusión podrá solicitar su vuelta a Comisión, la cual será aprobada por mayoría simple.

**Art. 133.** Durante la discusión de cualquier asunto, cualquier Parlamentario o Parlamentaria, podrá solicitar la suspensión o la finalización de la sesión.

1. La solicitud será votada de inmediato y requerirá mayoría absoluta, luego del debate en el que participen al menos dos Parlamentarios o Parlamentarias a favor y dos en contra, por el lapso de 5 (cinco) minutos cada uno.

## Sección 6 Quórum

<sup>23</sup>**Art. 134.** El quórum para el inicio de la sesión del Parlamento es de un tercio de sus miembros, en el que estén representados todos los Estados Parte. En caso de ausencia de una Delegación por impedimentos de fuerza mayor previamente comunicado a la Presidencia se podrá sesionar y los actos aprobados por el Parlamento se considerarán como tales si en un plazo de

23 Artículo reformado por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.

quince (15) días corridos posteriores a la reunión que los aprobó, la Delegación ausente a través de su Presidencia no manifestara ninguna objeción.

1. En circunstancias excepcionales ante la ausencia de una delegación por causas de fuerza mayor, debidamente justificadas, ésta podrá dar quórum, participar de la sesión y participar en las decisiones a través de medios tecnológicos adecuados, con excepción de las decisiones que requieran mayoría absoluta, especial y calificada.

2. Si la sesión fue iniciada, la falta de quórum subsiguiente no impedirá la continuación del debate del tema en discusión, no pudiéndose votar ningún asunto, ni restablecerse el quórum en ningún caso.

**Art. 135.** Los órganos colegiados del Parlamento (el Plenario, las Comisiones y la Mesa Directiva), adoptarán sus decisiones por mayoría simple, absoluta, especial o calificada. (PCPM, art. 15)

1. Para la mayoría simple se requerirá el voto de más de la mitad de los Parlamentarios Parlamentarias presentes.

2. Para la mayoría absoluta se requerirá el voto de más de la mitad del total de los miembros del Parlamento.

3. Para la mayoría especial se requerirá el voto de dos tercios del total de los miembros del Parlamento, que incluya, a su vez, a Parlamentarios y Parlamentarias de todos los Estados Partes.

4. Para la mayoría calificada se requerirá el voto afirmativo de la mayoría absoluta de integrantes de la representación Parlamentaria de cada Estado Parte.

<sup>24</sup>**Art. 136.** Serán utilizadas para las decisiones del Plenario las siguientes mayorías:

- a) reforma del Reglamento: mayoría calificada;
- b) dictámenes, proyectos de norma y anteproyectos de normas: mayoría especial;
- c) informe sobre derechos humanos (PCPM, art. 4, inciso 3): mayoría absoluta;
- d) disposiciones: mayoría absoluta;
- e) declaraciones y recomendaciones: mayoría simple.

## Sección 7

### Interpretación y Cumplimiento del Reglamento

**Art. 137.** Durante el debate de un asunto, cualquier Parlamentario o Parlamentaria podrá presentar una moción de orden, sobre la interpretación o aplicación de este Reglamento.

1. El Presidente decidirá de inmediato si dicha moción es procedente.
2. De la decisión presidencial podrá ser interpuesto pedido de reconsideración al Plenario, el que decidirá por mayoría simple.

## Sección 8

### Mociones

#### Subsección 1

#### Mociones de Orden

**Art. 138.** Toda proposición hecha de viva voz desde su banca por un Parlamentario o Parlamentaria es una moción.

<sup>25</sup>**Art. 139.** Son mociones de orden las que se enumeran a continuación, y que requerirán las siguientes mayorías para su aprobación:

- a) modificación del Orden del Día de la Sesión (mayoría absoluta);
- b) retiro de un tema del Orden del Día (mayoría absoluta) sin perjuicio de lo establecido en el numeral 3;
- c) traslado de un tema del Orden del Día para otra sesión (mayoría absoluta);
- d) fijación de prelación de un asunto para la próxima sesión (mayoría absoluta);
- e) cierre del debate sobre el tema en discusión (mayoría simple);
- f) cierre de la lista de oradores (mayoría simple);
- g) pedido de desglose o tratamiento en particular (mayoría simple);
- h) postergación del debate sobre el tema en discusión por tiempo determinado o indeterminado (mayoría simple);
- i) reconsideración de interpretación del Reglamento (mayoría absoluta);
- j) que se declare Sesión Reservada (mayoría absoluta) (PCPM, art. 17.2);
- k) que se pase al Orden del Día (mayoría simple);

25 Artículo reformado por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.

- l) que se pase a Cuarto Intermedio (mayoría simple);
- m) levantamiento de la sesión (mayoría absoluta);
- n) proposición de tema para Debate Propuesto (mayoría simple);
- o) vuelta del asunto a comisión (mayoría absoluta, si la moción es presentada por el o los autores del acto propuesto, bastará mayoría simple);
- p) constitución del Plenario en comisión general (mayoría absoluta);
- q) planteo de una cuestión de prerrogativas;
- r) lectura de un documento (mayoría simple); y
- s) omisión de lectura de un informe por escrito (mayoría simple).

1. Una vez presentada una moción de planteo de una cuestión de prerrogativas por un Parlamentario o Parlamentaria, este contará con un plazo no mayor de diez (10) minutos y se dispondrá su pase a la Comisión de Asuntos Jurídicos e Institucionales, salvo que el Plenario por mayoría especial disponga su tratamiento preferente.

2. El Plenario, constituido en Comisión General, no podrá tratar asuntos referidos al tema Presupuestario o al Reglamento.

3. La totalidad de los Parlamentarios de un Estado Parte, presentes en Sesión Ordinaria podrán retirar asuntos del Orden del Día propuestos por ese Estado Parte, por motivos de interés nacional que lo involucre, mediante comunicación escrita a la Presidencia.

**Art. 140.** Presentada una moción de orden al Presidente, este deberá someterla a consideración, de manera inmediata, al Plenario el cual resolverá.

1. Las mociones, con la excepción establecida en el literal p y en el numeral 1 del artículo anterior, se votarán después de que fundamentaren a favor y en contra por no más que 3 (tres) minutos.

**Art. 141.** Las mociones de orden pueden ser repetidas en el curso de la sesión, sin que ello implique moción de reconsideración.

## Subsección 2 Mociones para Tratamiento Sobre Tablas

**Art. 142.** Es moción para tratamiento sobre tablas toda proposición que tenga por objeto la consideración inmediata con prelación a todos los demás asuntos, con informe de Comisión o sin él.

**Art. 143.** Ninguna moción para tratamiento sobre tablas puede ser considerada sin darse previa lectura de los asuntos entrados, ni ser reiterada en la misma sesión.

1. Las mociones de tratamiento sobre tablas serán consideradas en el orden en que fueren propuestas y requerirán para su aprobación mayoría especial.

**Art. 144.** Ningún asunto que por su naturaleza requiera informe de la Comisión de Presupuesto y Asuntos Internos podrá ser tratado sobre tablas.

### **Subsección 3 Mociones de Reconsideración**

**Art. 145.** Es moción de reconsideración toda proposición que tenga por objeto rever la votación de un punto dentro del tratamiento de un asunto, cuya consideración no se hubiese agotado.

1. Requerirán para su aprobación mayoría absoluta, y no podrán reiterarse en ningún caso.

2. Las mociones de reconsideración se tratarán inmediatamente luego de formuladas.

**Art. 146.** Las mociones de tratamiento sobre tablas y de reconsideración se votarán luego de que se fundamenten a favor y en contra por no más de 3 (tres) minutos.

**Art. 147.** Las mociones que se hicieren durante el tratamiento en particular de un proyecto, y que implicaren modificación, corrección, supresión o sustitución de un artículo, deberán formularse por escrito.

1. Leídas por el Secretario Parlamentario y fundadas por el proponente, se las someterá al trámite previsto para la discusión de los proyectos.

**Art. 148.** Todas las demás mociones serán votadas en el orden que fueren presentadas y serán aprobadas por mayoría simple.

### **Sección 9 Votaciones**

**Art. 149.** El Presidente declarará la apertura o el cierre de cada votación.

1. Se podrá invocar el Reglamento, con remisión específica al artículo incumplido, en cuanto a la validez de una votación después de que el Presidente haya declarado cerrada la misma.

2. Una vez proclamado el resultado de la votación no nominal, cualquier Parlamentario podrá pedir la respectiva verificación por medio de la votación nominal debiendo contar con el apoyo de 1/3 (un tercio) de los miembros del Parlamento.

**Art. 150.** El resultado de la votación podrá ser reconsiderado inmediatamente a petición de cualquier Parlamentario.

1. El pedido deberá ser aprobado por la mayoría absoluta.

**Art. 151.** Los votos deben ser por la afirmativa o por la negativa, teniendo derecho el Parlamentario de abstenerse.

**Art. 152.** Las modalidades de votación son las siguientes:

- a) votación nominal o registrada; y
- b) votación no nominal o por signos.

**Art. 153.** La votación nominal se realizará tomándose la lista de los Parlamentarios por orden alfabético salvo en aquellos casos de mayoría calificada y nominal en la que se tomará por Estado Parte y orden alfabético.

1. El resultado de cada votación nominal se consignará en acta, dejándose constancia del nombre de los votantes y el voto emitido.

**Art. 154.** Los Parlamentarios o Parlamentarias podrán efectuar una intervención de no más de 3 (tres) minutos, únicamente para fundamentar su voto, con posterioridad a la votación.

**Art. 155.** El Plenario, por mayoría simple, a solicitud de un grupo político o de al menos 10 (diez) Parlamentarios o Parlamentarias, podrá autorizar la votación por separado de partes o artículos de una proposición o modificación.

1. La solicitud se expresará por medio de una moción de orden.

2. Aprobada la solicitud, primeramente se votará el asunto en general, y seguidamente, las partes o artículos por separado.

**Art. 156.** En caso de dos o más modificaciones, a criterio del Presidente, se votará primero la que éste considere más alejada del contenido de la propuesta original; y así sucesivamente, hasta que se agoten todas las enmiendas.

1. Cuando la aprobación de una enmienda implique necesariamente el rechazo de otra, ésta última no será puesta a consideración.

## CAPÍTULO 10 ASUNTOS ADMINISTRATIVOS

### Sección 1

#### Comunicación y Divulgación de los Trabajos del Parlamento

**Art. 157.** El Parlamento asegurará la más completa transparencia de sus actividades (PCPM, art. 3.2)

**Art. 158.** Todos los actos, el presupuesto y su ejecución estarán disponibles para consulta en todo momento por cualquier persona, a través de medios electrónicos.

**Art. 159.** Todos los documentos del Parlamento serán redactados en los idiomas oficiales del Mercosur establecidos en los artículos 17 y 46 del Tratado de Asunción y del Protocolo de Ouro Preto, respectivamente, elaborados por un servicio de traducción, bajo responsabilidad de la Mesa Directiva.

**Art. 160.** El órgano oficial del Parlamento del Mercosur, será editado bajo la responsabilidad de la Mesa Directiva, publicará todos los actos, propuestas y registros de sesiones y de reuniones.

**Art. 161.** Todos los Parlamentarios y Parlamentarias tendrán derecho a hablar en el idioma oficial de su preferencia.

1. Los discursos realizados tendrán traducción simultánea en el otro idioma oficial o en cualquier otro idioma que el Presidente considere necesario.

## CAPÍTULO 11 DISPOSICIONES TRANSITORIAS Y FINALES

**Art. 162.** Durante el Primer Período de Transición, en el caso de los Parlamentarios o Parlamentarias que fueren designados, las credenciales deben ser confeccionadas por la Presidencia de los respectivos Parlamentos Nacionales, las que constituirán el documento válido para que los mismos puedan incorporarse al Parlamento.

**Art. 163.** Durante el Primer Período de Transición, el Presidente del Parlamento tomará el compromiso de los suplentes de los Parlamentarios o

Parlamentarias, requisito sin el cual no podrán sustituir a los titulares en reuniones de Comisiones cuando no sea realizada la Sesión Plenaria previa a las reuniones de Comisiones.

**Art. 164.** Durante el Primer Período de Transición, al inicio de las sesiones se tomará asistencia de los Parlamentarios y Parlamentarias por la Secretaria Parlamentaria, que fueren comunicadas por las delegaciones.

**Art. 165.** Durante el Primer Período de Transición el Presidente comunicará a los respectivos Parlamentos Nacionales sobre las inasistencias de los Parlamentarios y Parlamentarias.

**Art. 166.** Los mandatos comunes podrán tener duración diferenciada en el período de transición, de acuerdo con lo dispuesto en la Disposición Transitoria Quinta, párrafo 2, del PCPM.

**Art. 167.** Todos los cargos en la Mesa Directiva y designaciones administrativas del Parlamento del primer período Parlamentario considerarán como fecha de inicio la sesión de instalación del Parlamento, 14 de diciembre de 2006.

**Art. 168.** Mientras no se establezcan las disposiciones pertinentes sobre la organización administrativa del Parlamento, la Mesa Directiva aprobará, previo informe favorable de la Comisión de Presupuesto y Asuntos Internos, lo necesario para el funcionamiento del Parlamento

<sup>26</sup>**Art. 169.** Durante el Primer Período de Transición, los cargos de Presidente y Vicepresidentes rotarán cada 1(un) año entre los integrantes de la Mesa Directiva.

**Art. 170.** Durante el Primer Período de Transición, el número de miembros de las Comisiones permanentes será fijado por acto de la Mesa Directiva, teniendo en consideración que todos los Estados Parte deben estar representados igualitariamente.

**Art. 171.** Durante el Primer Período de Transición, la Comisión de Educación, Cultura, Deportes, Ciencia y Tecnología podrá asesorarse y analizar, los temas del área cultural, con el Parlamento Cultural del Mercosur (Parcum).

**Art. 172.** Durante el Primer Período de Transición los Dictámenes (PCPM, art. 4.12), serán adoptados por mayoría especial. (PCPM, Cláusula Transitoria Sexta)

---

26 Artículo reformado por la Disposición del Parlamento del Mercosur n° 1 del 7-4-2014.



**Art. 173.** Este reglamento entra en vigencia en la fecha de su aprobación.

Montevideo, 6 de agosto de 2007.

## PROTOCOLO CONSTITUTIVO DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

La República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, en adelante Estados Partes, Teniendo en cuenta el Tratado de Asunción, del 26 de marzo de 1991 y el Protocolo de Ouro Preto, del 17 de diciembre de 1994 que establecieron la Comisión Parlamentaria Conjunta y la Decisión CMC n° 49/2004, “Parlamento del Mercosur”,

Recordando el Acuerdo Interinstitucional entre el Consejo del Mercado Común y la Comisión Parlamentaria Conjunta, firmado el 6 de octubre de 2003,

Considerando su firme voluntad política de fortalecer y de profundizar el proceso de integración del Mercosur, contemplando los intereses de todos los Estados Partes y contribuyendo, de tal forma, al simultáneo desarrollo de la integración del espacio sudamericano,

Convencidos de que el logro de los objetivos comunes que se han fijado los Estados Partes, requiere de un marco institucional equilibrado y eficaz, que permita crear normas que sean efectivas y que garanticen un clima de seguridad jurídica y previsibilidad en el desarrollo del proceso de integración, a fin de mejor promover la transformación productiva, la equidad social, el desarrollo científico y tecnológico, las inversiones y la creación de empleo, en todos los Estados Partes y en beneficio de sus ciudadanos,

Conscientes de que la instalación del Parlamento del Mercosur, con una adecuada representación de los intereses de los ciudadanos de los Estados Partes, significará un aporte a la calidad y equilibrio institucional del Mercosur, creando un espacio común en el que se refleje el pluralismo y las diversidades de la región, y que contribuya a la democracia, la participación, la representatividad, la transparencia y la legitimidad social en el desarrollo del proceso de integración y de sus normas,

Atentos a la importancia de fortalecer el ámbito institucional de cooperación interparlamentaria, para avanzar en los objetivos previstos de

armonización de las legislaciones nacionales en las áreas pertinentes y agilizar la incorporación a los respectivos ordenamientos jurídicos internos de la normativa del Mercosur, que requiera aprobación legislativa,

Reconociendo la valiosa experiencia acumulada por la Comisión Parlamentaria Conjunta desde su creación,

Reafirmando los principios y objetivos del Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el Mercosur, la República de Bolivia y la República de Chile, del 24 de julio de 1998 y la Declaración Presidencial sobre Compromiso Democrático en el Mercosur, del 25 de junio de 1996, acuerdan:

## ARTÍCULO 1 CONSTITUCIÓN

Constituir el Parlamento del Mercosur, en adelante el Parlamento, como órgano de representación de sus pueblos, independiente y autónomo, que integrará la estructura institucional del Mercosur.

El Parlamento sustituirá a la Comisión Parlamentaria Conjunta.

El Parlamento estará integrado por representantes electos por sufragio universal, directo y secreto, de acuerdo con la legislación interna de cada Estado Parte y las disposiciones del presente Protocolo.

El Parlamento será un órgano unicameral y sus principios, competencias e integración se rigen según lo dispuesto en este Protocolo. La efectiva instalación del Parlamento tendrá lugar, a más tardar, el 31 de diciembre de 2006.

La constitución del Parlamento se realizará a través de las etapas previstas en las Disposiciones Transitorias del presente Protocolo.

## ARTÍCULO 2 PROPÓSITOS

Son propósitos del Parlamento:

1. representar a los pueblos del Mercosur, respetando su pluralidad ideológica y política;
2. asumir la promoción y defensa permanente de la democracia, la libertad y la paz;

3. impulsar el desarrollo sustentable de la región con justicia social y respeto a la diversidad cultural de sus poblaciones;
4. garantizar la participación de los actores de la sociedad civil en el proceso de integración;
5. estimular la formación de una conciencia colectiva de valores ciudadanos y comunitarios para la integración;
6. contribuir a consolidar la integración latinoamericana mediante la profundización y ampliación del Mercosur;
7. promover la solidaridad y la cooperación regional e internacional.

### ARTÍCULO 3 PRINCIPIOS

Son principios del Parlamento:

1. el pluralismo y la tolerancia como garantías de la diversidad de expresiones políticas, sociales y culturales de los pueblos de la región;
2. la transparencia de la información y de las decisiones para crear confianza y facilitar la participación de los ciudadanos;
3. la cooperación con los demás órganos del Mercosur y ámbitos regionales de representación ciudadana;
4. el respeto de los derechos humanos en todas sus expresiones;
5. el repudio a todas las formas de discriminación, especialmente las relativas a género, color, etnia, religión, nacionalidad, edad y condición socioeconómica;
6. la promoción del patrimonio cultural, institucional y de cooperación latinoamericano en procesos de integración;
7. la promoción del desarrollo sustentable en el Mercosur y el trato especial y diferenciado para los países de economías menores y para las regiones con menor grado de desarrollo;
8. la equidad y la justicia en los asuntos regionales e internacionales, y la solución pacífica de las controversias.

## ARTÍCULO 4 COMPETENCIAS

El Parlamento tendrá las siguientes competencias:

1. velar en el ámbito de su competencia por la observancia de las normas del Mercosur;
2. velar por la preservación del régimen democrático en los Estados Partes, de conformidad con las normas del Mercosur, y en particular con el Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el Mercosur, la República de Bolivia y la República de Chile;
3. elaborar y publicar anualmente un informe sobre la situación de los derechos humanos en los Estados Partes, teniendo en cuenta los principios y las normas del Mercosur;
4. efectuar pedidos de informes u opiniones por escrito a los órganos decisorios y consultivos del Mercosur establecidos en el Protocolo de Ouro Preto sobre cuestiones vinculadas al desarrollo del proceso de integración. Los pedidos de informes deberán ser respondidos en un plazo máximo de 180 días;
5. invitar, por intermedio de la Presidencia *pro tempore* del CMC, a representantes de los órganos del Mercosur, para informar y/o evaluar el desarrollo del proceso de integración, intercambiar opiniones y tratar aspectos relacionados con las actividades en curso o asuntos en consideración;
6. recibir, al finalizar cada semestre a la Presidencia *pro tempore* del Mercosur, para que presente un informe sobre las actividades realizadas durante dicho período;
7. recibir, al inicio de cada semestre, a la Presidencia *pro tempore* del Mercosur, para que presente el programa de trabajo acordado, con los objetivos y prioridades previstos para el semestre;
8. realizar reuniones semestrales con el Foro Consultivo Económico Social a fin de intercambiar informaciones y opiniones sobre el desarrollo del Mercosur;
9. organizar reuniones públicas, sobre cuestiones vinculadas al desarrollo del proceso de integración, con entidades de la sociedad civil y los sectores productivos;

10. recibir, examinar y en su caso canalizar hacia los órganos decisorios, peticiones de cualquier particular de los Estados Partes, sean personas físicas o jurídicas, relacionadas con actos u omisiones de los órganos del Mercosur;

11. emitir declaraciones, recomendaciones e informes sobre cuestiones vinculadas al desarrollo del proceso de integración, por iniciativa propia o a solicitud de otros órganos del Mercosur;

12. con el fin de acelerar los procedimientos internos correspondientes de entrada en vigor de las normas en los Estados Parte, el Parlamento elaborará dictámenes sobre todos los proyectos de normas del Mercosur que requieran aprobación legislativa en uno o varios Estados Parte, en un plazo de noventa días (90) de efectuada la consulta. Dichos proyectos deberán ser enviados al Parlamento por el órgano decisorio del Mercosur, antes de su aprobación. Si el proyecto de norma del Mercosur es aprobado por el órgano decisorio, de conformidad con los términos del dictamen del Parlamento, la norma deberá ser remitida por cada Poder Ejecutivo nacional al Parlamento del respectivo Estado Parte, dentro del plazo de cuarenta y cinco (45) días, contados a partir de dicha aprobación.

En caso que la norma aprobada no estuviera en conformidad con el dictamen del Parlamento, o si éste no se hubiere expedido en el plazo mencionado en el primer párrafo del presente numeral, la misma seguirá su trámite ordinario de incorporación.

Los Parlamentos nacionales, según los procedimientos internos correspondientes, deberán adoptar las medidas necesarias para la instrumentación o creación de un procedimiento preferencial para la consideración de las normas del Mercosur que hayan sido adoptadas de conformidad con los términos del dictamen del Parlamento, mencionado en el párrafo anterior.

El plazo máximo de duración del procedimiento previsto en el párrafo precedente, será de hasta ciento ochenta (180) días corridos, contados a partir del ingreso de la norma al respectivo Parlamento nacional. Si dentro del plazo de ese procedimiento preferencial el Parlamento del Estado Parte rechaza la norma, ésta deberá ser reenviada al Poder Ejecutivo para que la presente a la reconsideración del órgano correspondiente del Mercosur;

13. proponer proyectos de normas del Mercosur para su consideración por el Consejo del Mercado Común, el que deberá informar semestralmente sobre su tratamiento;

14. elaborar estudios y anteproyectos de normas nacionales, orientados a la armonización de las legislaciones nacionales de los Estados Partes, los que serán comunicados a los Parlamentos nacionales a los efectos de su eventual consideración;
15. desarrollar acciones y trabajos conjuntos con los Parlamentos nacionales, con el fin de asegurar el cumplimiento de los objetivos del Mercosur, en particular aquellos relacionados con la actividad legislativa;
16. mantener relaciones institucionales con los Parlamentos de terceros Estados y otras instituciones legislativas;
17. celebrar, en el marco de sus atribuciones, con el asesoramiento del órgano competente del Mercosur, convenios de cooperación o de asistencia técnica con organismos públicos y privados, de carácter nacional o internacional;
18. fomentar el desarrollo de instrumentos de democracia representativa y participativa en el Mercosur;
19. recibir dentro del primer semestre de cada año un informe sobre la ejecución del presupuesto de la Secretaría del Mercosur del año anterior;
20. elaborar y aprobar su presupuesto e informar sobre su ejecución al Consejo de Mercado Común dentro del primer semestre del año posterior al ejercicio;
21. aprobar y modificar su reglamento interno;
22. realizar todas las acciones que correspondan al ejercicio de sus competencias.

## ARTÍCULO 5 INTEGRACIÓN

1. El Parlamento se integrará de conformidad a un criterio de representación ciudadana.
2. Los integrantes del Parlamento, en adelante denominados Parlamentarios, tendrán la calidad de Parlamentarios del Mercosur.

## ARTÍCULO 6 ELECCIÓN

1. Los Parlamentarios serán elegidos por los ciudadanos de los respectivos Estados Partes, a través de sufragio directo, universal y secreto.
2. El mecanismo de elección de los Parlamentarios y sus suplentes, se regirá por lo previsto en la legislación de cada Estado Parte, la cual procurará asegurar una adecuada representación por género, etnias y regiones según las realidades de cada Estado.
3. Los Parlamentarios serán electos conjuntamente con sus suplentes, quienes los sustituirán, de acuerdo a la legislación electoral del Estado Parte respectivo, en los casos de ausencia definitiva o transitoria. Los suplentes serán elegidos en la misma fecha y forma que los Parlamentarios titulares, así como para idénticos períodos.
4. A propuesta del Parlamento, el Consejo del Mercado Común establecerá el Día del Mercosur Ciudadano, para la elección de los parlamentarios, de forma simultánea en todos los Estados Partes, a través de sufragio directo, universal y secreto de los ciudadanos.

## ARTÍCULO 7 PARTICIPACIÓN DE LOS ESTADOS ASOCIADOS

El Parlamento podrá invitar a los Estados Asociados del Mercosur a participar en sus sesiones públicas, a través de miembros de sus Parlamentos nacionales, los que participarán con derecho a voz y sin derecho a voto.

## ARTÍCULO 8 INCORPORACIÓN DE NUEVOS MIEMBROS

1. El Parlamento, de conformidad con el artículo 4, inciso 12, se expedirá sobre la adhesión de nuevos Estados Partes al Mercosur.
2. El instrumento jurídico que formalice la adhesión determinará las condiciones de la incorporación de los Parlamentarios del Estado adherente al Parlamento.



## ARTÍCULO 9 INDEPENDENCIA

Los miembros del Parlamento no estarán sujetos a mandato imperativo y actuarán con independencia en el ejercicio de sus funciones.

## ARTÍCULO 10 MANDATO

Los Parlamentarios tendrán un mandato común de cuatro (4) años, contados a partir de la fecha de asunción en el cargo, y podrán ser reelectos.

## ARTÍCULO 11 REQUISITOS E INCOMPATIBILIDADES

1. Los candidatos a Parlamentarios deberán cumplir con los requisitos exigibles para ser diputado nacional, según el derecho del Estado Parte respectivo.
2. El ejercicio del cargo de Parlamentario es incompatible con el desempeño de un mandato o cargo legislativo o ejecutivo en los Estados Partes, así como con el desempeño de cargos en los demás órganos del Mercosur.
3. Serán aplicables, asimismo, las demás incompatibilidades para ser legislador, establecidas en la legislación nacional del Estado Parte correspondiente.

## ARTÍCULO 12 PRERROGATIVAS E INMUNIDADES

1. El régimen de prerrogativas e inmunidades se regirá por lo que se establezca en el Acuerdo Sede mencionado en el artículo 21.
2. Los Parlamentarios no podrán ser juzgados, civil o penalmente, en el territorio de los Estados Partes del Mercosur, en ningún momento, ni durante ni después de su mandato, por las opiniones y votos emitidos en el ejercicio de sus funciones.
3. Los desplazamientos de los miembros del Parlamento, para comparecer a su local de reunión y de allí regresar, no serán limitados por restricciones legales ni administrativas.

### ARTÍCULO 13 OPINIONES

Consultivas El Parlamento podrá solicitar opiniones consultivas al Tribunal Permanente de Revisión.

### ARTÍCULO 14 APROBACIÓN DEL REGLAMENTO INTERNO

El Parlamento aprobará y modificará su Reglamento Interno por mayoría calificada.

### ARTÍCULO 15 SISTEMA DE ADOPCIÓN DE DECISIONES

1. El Parlamento adoptará sus decisiones y actos por mayoría simple, absoluta, especial o calificada.
2. Para la mayoría simple se requerirá el voto de más de la mitad de los Parlamentarios presentes.
3. Para la mayoría absoluta se requerirá el voto de más de la mitad del total de los miembros del Parlamento.
4. Para la mayoría especial se requerirá el voto de los dos tercios del total de los miembros del Parlamento, que incluya a su vez a Parlamentarios de todos los Estados Partes.
5. Para la mayoría calificada se requerirá el voto afirmativo de la mayoría absoluta de integrantes de la representación parlamentaria de cada Estado Parte.
6. El Parlamento establecerá en su Reglamento Interno las mayorías requeridas para la aprobación de los distintos asuntos.

### ARTÍCULO 16 ORGANIZACIÓN

1. El Parlamento contará con una Mesa Directiva, encargada de la conducción de los trabajos legislativos y de sus servicios administrativos. Estará compuesta por un Presidente, y un Vicepresidente de cada uno de los demás

Estados Partes, de acuerdo a lo que establezca el Reglamento Interno. Será asistida por un secretario parlamentario y un secretario administrativo.

2. El mandato de los miembros de la Mesa Directiva será de 2 (dos) años, pudiendo sus miembros ser reelectos por una sola vez.

3. En caso de ausencia o impedimento temporario, el Presidente será sustituido por uno de los Vicepresidentes, de acuerdo a lo que establezca el Reglamento Interno.

4. El Parlamento contará con una Secretaría Parlamentaria y una Secretaría Administrativa, las que funcionarán con carácter permanente en la sede del Parlamento.

5. El Parlamento constituirá comisiones permanentes y temporarias, que contemplen la representación de los Estados Partes, cuya organización y funcionamiento serán establecidos en el Reglamento Interno.

6. El personal técnico y administrativo del Parlamento estará integrado por ciudadanos de los Estados Partes. Será designado por concurso público internacional y tendrá estatuto propio, con un régimen jurídico equivalente al del personal de la Secretaría del Mercosur.

7. Los conflictos en materia laboral que se susciten entre el Parlamento y su personal, serán resueltos por el Tribunal Administrativo Laboral del Mercosur.

## ARTÍCULO 17 REUNIONES

1. El Parlamento se reunirá en sesión ordinaria al menos una vez por mes. Podrá ser convocado a sesiones extraordinarias a solicitud del Consejo del Mercado Común o a requerimiento de Parlamentarios, de acuerdo a lo que establezca el Reglamento Interno.

2. Todas las reuniones del Parlamento y de sus Comisiones serán públicas, salvo aquéllas que sean declaradas de carácter reservado.

## ARTÍCULO 18 DELIBERACIONES

1. Las reuniones del Parlamento y de sus Comisiones podrán iniciarse con la presencia de al menos un tercio de sus miembros, en el que estén representados todos los Estados Partes.
2. Cada Parlamentario tendrá derecho a un voto.
3. El Reglamento Interno establecerá la posibilidad que el Parlamento, en circunstancias excepcionales, pueda sesionar y adoptar sus decisiones y actos a través de medios tecnológicos que permitan reuniones a distancia.

## ARTÍCULO 19 ACTOS DEL PARLAMENTO

Son actos del Parlamento:

1. dictámenes;
2. proyectos de normas;
3. anteproyectos de normas;
4. declaraciones;
5. recomendaciones;
6. informes; y
7. disposiciones.

## ARTÍCULO 20 PRESUPUESTO

1. El Parlamento elaborará y aprobará su presupuesto, el que será solventado con aportes de los Estados Partes, en función del Producto Bruto Interno y del presupuesto nacional de cada Estado Parte.
2. Los criterios de contribución de los aportes mencionados en el inciso anterior, serán establecidos por Decisión del Consejo del Mercado Común, tomando en cuenta la propuesta del Parlamento.

## ARTÍCULO 21

### SEDE

1. La sede del Parlamento será la ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay.
2. El Mercosur firmará con la República Oriental del Uruguay un Acuerdo Sede que definirá las normas relativas a los privilegios, las inmunidades y las exenciones del Parlamento, de los parlamentarios y demás funcionarios, de acuerdo a las normas del derecho internacional vigentes.

## ARTÍCULO 22

### ADHESIÓN Y DENUNCIA

1. En materia de adhesión o denuncia, regirán como un todo, para el presente Protocolo, las normas establecidas por el Tratado de Asunción.
2. La adhesión o denuncia al Tratado de Asunción significa, *ipso jure*, la adhesión o denuncia al presente Protocolo. La denuncia al presente Protocolo significa *ipso jure* la denuncia al Tratado de Asunción

## ARTÍCULO 23

### VIGENCIA Y DEPÓSITO

1. El presente Protocolo, parte integrante del Tratado de Asunción, entrará en vigor el trigésimo día contado a partir de la fecha en que el cuarto Estado Parte haya depositado su instrumento de ratificación.
2. La República del Paraguay será depositaria del presente Protocolo y de los instrumentos de ratificación y notificará a los demás Estados Partes la fecha de los depósitos de esos instrumentos, enviando copia debidamente autenticada de este Protocolo a los demás Estados Partes.

## ARTÍCULO 24

### CLÁUSULA REVOCATORIA

Quedan derogadas todas las disposiciones de carácter institucional del Protocolo de Ouro Preto que guarden relación con la constitución y funcionamiento del Parlamento y resulten incompatibles con los términos del presente Protocolo, con expresa excepción del sistema de toma de decisiones

de los demás órganos del Mercosur establecido en el art. 37 del Protocolo de Ouro Preto.

## DISPOSICIONES TRANSITORIAS

### **Primera Etapas**

A los fines de lo previsto en el artículo 1 del presente Protocolo se entenderá por:

- “primera etapa de la transición”: el período comprendido entre el 31 de diciembre de 2006 y el 31 de diciembre de 2010;
- “segunda etapa de la transición”: el período comprendido entre el 1 de enero de 2011 y el 31 de diciembre de 2014.

### **Segunda Integración**

En la primera etapa de la transición, el Parlamento estará integrado por dieciocho (18) Parlamentarios por cada Estado Parte.

Lo previsto en el artículo 5, inciso 1, relacionado con la integración del Parlamento de conformidad a un criterio de representación ciudadana, aplicable a partir de la segunda etapa de la transición, será establecido por Decisión del Consejo del Mercado Común, a propuesta del Parlamento adoptada por mayoría calificada. Dicha decisión deberá ser aprobada, a más tardar, el 31 de diciembre de 2007.

### **Tercera Elección**

Para la primera etapa de la transición, los Parlamentos nacionales establecerán las modalidades de designación de sus respectivos parlamentarios, entre los legisladores de los Parlamentos nacionales de cada Estado Parte, designando los titulares y igual número de suplentes.

A los efectos de poner en práctica la elección directa de los Parlamentarios, mencionada en el artículo 6, inciso 1, los Estados Partes, antes de la finalización de la primera etapa de la transición, deberán efectuar elecciones por

sufragio directo, universal y secreto de Parlamentarios, cuya realización se hará de acuerdo a la agenda electoral nacional de cada Estado Parte.

La primera elección prevista en el artículo 6, inciso 4, tendrá lugar durante el año 2014.

A partir de la segunda etapa de la transición, todos los Parlamentarios deberán haber sido elegidos de conformidad con el artículo 6, inciso 1.

#### **Cuarta** **Día del Mercosur Ciudadano**

El Día del Mercosur Ciudadano, previsto en el artículo 6, inciso 4, será establecido por el Consejo del Mercado Común, a propuesta del Parlamento, antes de fines del año 2012.

#### **Quinta** **Mandato e Incompatibilidades**

En la primera etapa de la transición, los Parlamentarios designados en forma indirecta, cesarán en sus funciones: por caducidad o pérdida de su mandato nacional; al asumir sus sucesores electos directamente; o, a más tardar, al finalizar dicha primera etapa.

Todos los Parlamentarios en ejercicio de funciones en el Parlamento durante la segunda etapa de la transición, deberán ser electos directamente antes del inicio de la misma, pudiendo sus mandatos tener una duración diferente a la establecida en el artículo 10, por única vez. Lo previsto en el artículo 11, incisos 2 y 3, es aplicable a partir de la segunda etapa de la transición.

#### **Sexta** **Sistema de Adopción de Decisiones**

Durante la primera etapa de la transición, las decisiones del Parlamento, en los supuestos mencionados en el artículo 4, inciso 12, serán adoptadas por mayoría especial.

## Séptima Presupuesto

Durante la primera etapa de la transición, el presupuesto del Parlamento será solventado por los Estados Partes mediante aportes iguales.

Hecho en la ciudad de Montevideo, a los nueve días del mes de diciembre del año dos mil cinco, en un original en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el gobierno de la República Argentina  
Néstor Kirchner – Jorge Taiana

Por el gobierno de la República Federativa del Brasil  
Luiz Inácio Lula Da Silva – Celso Luiz Nunes Amorim

Por el gobierno de la República del Paraguay  
Nicanor Duarte Frutos – Leila Rachid

Por el gobierno de la República Oriental del Uruguay  
Tabaré Vázquez – Reinaldo Garga



# RESOLUCIÓN DEL CONGRESO NACIONAL DE BRASIL Nº 1 DE 2011<sup>27</sup>

Dispone sobre la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur, su composición, organización y competencias.

El Congreso Nacional resuelve:

## CAPÍTULO I DISPOSICIONES GENERALES

**Art. 1º** Esta resolución dispone sobre la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur, en conformidad con el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur, adicional al Tratado de Asunción, y con la Decisión del Consejo del Mercado Común (CMC) nº 11/2014,<sup>28</sup> y sobre la tramitación de materias de interés del Mercosur en el Congreso Nacional.

**Art. 2º** Se constituye la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur, órgano de enlace entre el Congreso Nacional y el Parlamento del Mercosur.

## CAPÍTULO II COMPETENCIA

**Art. 3º** Es competencia de la Representación Brasileña, entre otras atribuciones:

- I – apreciar y emitir parecer a todas las materias de interés del Mercosur, que sean encaminadas al Congreso Nacional, incluso las emanadas de los órganos decisorios del Mercosur, de acuerdo con el artículo 4, inciso 12, del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur;
- II – emitir informe circunstanciado sobre las informaciones encaminadas al Congreso Nacional por el Poder Ejecutivo, retratando la evolución del proceso de integración del Mercosur;

27 Publicada en el Diario Oficial de la Unión de Brasil, Sección 1, del 7-6-2011, y reformada pela Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº 2 de 2015.

28 Referencia reformada por el art. 2º de la Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº 2 de 2015.

III – examinar anteproyectos enviados por el Parlamento del Mercosur, de acuerdo con el artículo 4, inciso 14, del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur;

IV – realizar audiencias públicas con entidades de la sociedad civil;

V – solicitar declaración de cualquier autoridad o ciudadano;

VI – participar de proyectos resultantes de acuerdos de cooperación con organismos internacionales por el Parlamento del Mercosur;

VII – recibir y encaminar al Parlamento del Mercosur la correspondencia cuya se le remita;

VIII – apreciar y emitir parecer sobre todas las materias sobre la organización de la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur que sean enviadas al Congreso Nacional.

**Art. 4°** En el examen de materias emanadas de los órganos decisorios del Mercosur, la Representación Brasileña irá apreciar, en instancia preliminar, se la norma del Mercosur fue adoptada de acuerdo con los términos del parecer del Parlamento del Mercosur, caso en que esta obedecerá al procedimiento preferencial, según establece el artículo 4, inciso 12, del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur.

1. Las normas sometidas al procedimiento preferencial serán apreciadas solamente por la Representación Brasileña y por el pleno de la Cámara de Diputados y del Senado Federal.

2. En dicha hipótesis, incumbe a la Representación Brasileña opinar sobre la constitucionalidad, juridicidad y adecuación financiera y presupuestaria, asimismo como manifestarse en cuanto al mérito de la materia.

3. Caso juzgue necesario, ante la complejidad y especificidad de la materia en examen, la Representación Brasileña podrá solicitar el pronunciamiento de otras comisiones de la Cámara de Diputados y del Senado Federal, que se manifestarán exclusivamente sobre el objeto de consulta.

4. Terminada la apreciación de la materia por la Representación Brasileña, el informe y el respectivo proyecto de decreto legislativo serán remitidos a la Mesa de la Cámara de Diputados para numeración e inclusión en el Orden del Día de dicha Casa.

5. La apreciación de la materia en el pleno de cada una de las Casas obedecerá sus respectivas disposiciones reglamentarias.

**Art. 5°** Las normas que no sean sometidas al procedimiento preferencial que establece el art. 4° de esta resolución, conforme el examen preliminar

hecho por la Representación Brasileña, serán consideradas en el siguiente procedimiento:

- I – la Representación Brasileña examinará la materia en cuanto al mérito y ofrecerá el respectivo proyecto de decreto legislativo;
- II – la Representación Brasileña enviará la materia a la Secretaría-General de la Mesa de la Cámara de Diputados, que, después de numerarla, hará su distribución según los términos del Reglamento Interno de la Cámara de Diputados;
- III – terminada su apreciación por las comisiones permanentes, la materia será remitida a la Mesa, para inclusión en el Orden del Día;
- IV – después de la votación por la Cámara de Diputados, el proyecto será encaminado al Senado Federal, para apreciación de las comisiones permanentes y del pleno, de acuerdo al dispuesto en el respectivo Reglamento Interno.

### CAPÍTULO III COMPOSICION

**Art. 6°** La Representación Brasileña es compuesta por 37 (treinta y siete) miembros titulares, siendo 27 (veinte y siete) Diputados Federales y 10 (diez) Senadores, con igual números de suplentes, en acuerdo con la misma división numérica entre las Casas, designados por acto firmado por el Presidente de la Mesa del Congreso Nacional, conforme la Decisión n° 11, de 2014,<sup>29</sup> del Consejo del Mercado Común, aprobada en carácter complementar al Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur.

**Art. 7°** La Mesa del Congreso Nacional determinará las representaciones de los partidos o bloque parlamentarios en la Representación Brasileña, observado, tanto cuanto posible, el criterio de la proporcionalidad partidaria. *Párrafo único.* La proporcionalidad partidaria establecida en la forma de este artículo será determinada en acuerdo con el resultado final de las elecciones proclamado por la Justicia Electoral.

<sup>30</sup>**Art. 8°** Establecidas las representaciones previstas en el art. 7° de esta resolución, los líderes designarán a los Presidentes de la Cámara de Diputados y del Senado Federal, en el plazo de diez días, los nombres que irán integrar la Representación Brasileña para el mandato en la 55ª legislatura.

29 Referencia reformada por el art. 2° de la Resolución del Congreso Nacional de Brasil n° 2 de 2015.

30 Artículo reformado por la Resolución del Congreso Nacional de Brasil n° 2 de 2015.

1. A partir de la 56ª Legislatura, el nombramiento de los miembros de la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur será realizado a más tardar diez días después de la elección de las mesas de la mayoría de las Comisiones Temáticas de las dos Cámaras del Congreso Nacional.

2. Transcurrido el plazo a que se refiere el presente artículo, sin ninguna indicación de los líderes, el Presidente de la Mesa del Congreso Nacional hará las respectivas designaciones.

<sup>31</sup>**Art. 9º** En caso de muerte, renuncia, alejamiento, impedimento o término del mandato, el Diputado o Senador miembro de la Representación Brasileña será sustituido en el Parlamento del Mercosur.

1. En el caso de pérdida de mandato en el Parlamento del Mercosur, en acuerdo a las normas reglamentarias del Parlamento, el Diputado o Senador pierde su cargo en la Representación Brasileña.

2. En la imposibilidad de asistir a las reuniones del Parlamento del Mercosur, el miembro de la Representación Brasileña será sustituido, preferencialmente, por los suplentes de la misma Casa.

<sup>32</sup>**Art. 10.** El mandato de los miembros designados para la Representación Brasileña terminará con la incorporación de los parlamentarios electos directamente, en conformidad con el artículo 6º del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur.

*Párrafo único.* En no haber sido realizadas las elecciones previstas en el *caput*, los líderes de los partidos indicarán, entre los miembros de sus bancadas en el Congreso Nacional, los parlamentarios que irán hacer parte de la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur hasta el plazo previsto en la normativa común.

## CAPÍTULO IV TRABAJO

**Art. 11.** La Representación Brasileña observará, en lo que se admita, las disposiciones del Reglamento Común relacionadas al funcionamiento de las comisiones mistas del Congreso Nacional, incluso en lo que corresponda a la elección de su Presidente y de 2 (dos) Vicepresidentes.

31 *Caput* reformado por la Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº 2 de 2015.

32 Artículo reformado por la Resolución del Congreso Nacional de Brasil nº 2 de 2015.

*Párrafo único.* El Presidente y los Vicepresidentes serán electos en la primera y en la tercera sesión legislativa, alternándose la presidencia entre Diputados y Senadores, siendo siempre Vicepresidentes un Senador y un Diputado.

**Art. 12.** Las reuniones de la Representación Brasileña serán públicas, y la discusión y votación de las materias apreciadas serán abiertas, con excepción de casos en que haya deliberación contraria de la mayoría de los miembros que asisten, por requerimiento de cualquier de sus miembros.

**Art. 13.** Es incumbencia de la Representación Brasileña crear, en el ámbito de sus respectivas competencias, grupos permanentes o temporarios, mediante propuesta de cualquier de sus integrantes, aprobada por la mayoría de los miembros que asisten.

**Art. 14.** La Representación Brasileña participará de las sesiones, reuniones y demás actividades del Parlamento del Mercosur realizadas en la sede, en Montevideo, República Oriental del Uruguay, con registro obligatorio de presencia de miembros participantes.

1. Es autorizada la participación de los miembros de la Representación Brasileña en sesiones, reuniones y demás actividades del Parlamento del Mercosur, cuando convocadas para otras localidades fuera de la sede, en Montevideo, con registro obligatorio de los miembros participantes.

2. El registro de presencia de los miembros de la Representación Brasileña en las sesiones, reuniones y demás actividades en el Parlamento del Mercosur tendrá efecto equivalente a la asistencia a las sesiones deliberativas de la respectiva Casa y del Congreso Nacional.

3. La Secretaria de la Representación Brasileña comunicará previamente a las respectivas Mesas la realización de la sesión, reunión y otra actividad del Parlamento del Mercosur, así como la frecuencia de los parlamentarios, para los fines de registro lo cual se refiere el párrafo 2.

4. Cada Casa del Congreso Nacional determinará los gastos con el traslado y diarias para mantenimiento y hospedaje de los parlamentarios que participen de las sesiones, reuniones y demás actividades del Parlamento del Mercosur y del cuerpo técnico necesario a los trabajos del Parlamento del Mercosur.

**Art. 15.** Los Presidentes de la Cámara de Diputados y del Senado Federal irán instituir, de acuerdo al formato de los órganos de apoyo a las comisiones técnicas, una única secretaria para prestar apoyo a la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur, forneciendo, para tanto, el equipo

seleccionado entre los servidores de las dos Casas y el material necesario al desarrollo de sus actividades.

<sup>33</sup>**Art. 16.** La instalación de la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur ocurrirá hasta el décimo día después de su designación.

**Art. 17.** Se deroga la Resolución n° 1, 2007–CN.

**Art. 18.** Esta resolución em vigencia en la fecha de su aprobación.

Congreso Nacional, Brasilia-DF, 6 de junio de 2011.

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente del Senado Federal

---

33 Artículo reformado por la Resolución del Congreso Nacional de Brasil n° 2 de 2015.



Conheça outros títulos da Edições Câmara  
no portal da Câmara dos Deputados:  
[www.camara.leg.br/editora](http://www.camara.leg.br/editora)